

Julho de 2020

105

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**nossas sementes
nossos saberes**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da Alianza Biodiversidad orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accioneologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campana de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Lucía Vicente, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octávio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com
Ana Luisa Dibiasi (Brasil)
design@anadibiasi.com

Conteúdo

EDITORIAL

Para atravessar a parede

1

O lote agroecológico e a *Casa de las Semillas* | Natalia Tangona

3

A luta pelas sementes, pela agroecologia e pela terra se entrelaçam, e são a base para a construção de um novo modelo agrícola
Gilberto Schneider

8

Ferramentas e cuidados para recuperar nossa imaginação coletiva
Biodiversidade

12

Caminhos do Semiárido brasileiro para a gestão da agrobiodiversidade: Um breve relato da experiência da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) | Maitê Edite Sousa Maronhas, Nara Nara Pinilla, Juliana Linds Lira

18

A construção da soberania alimentar a partir dos territórios com base na agroecologia | Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina)

23

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIAS, RELATOS

27

Informe especial da *Alianza Biodiversidad*

A resposta sistêmica à Pandemia: lucros, privilégios, controle e repressão

UMA PANORÂMICA, MUITAS VISTAS

38

Nossas sementes, que são saberes, que são sementes

Boa parte das fotos dessa edição foi tirada por pessoas que colaboram continuamente conosco em *Biodiversidade, sustento e culturas*. Viviana Sánchez-Prada é comunicadora social e jornalista rural, assessora de comunicação da Swissaid, voluntária da *Red de Semillas Libres* e do *Colectivo Dignidad Campesina*. Aqui nos oferece seus retratos a partir de várias comunidades da Colômbia. Fotos que tratam da produção agroecológica em diferentes *resguardos*, como o de Zenú, no departamento de Córdoba, ou o de San Lorenzo, ou o de Cañamomo. A fotografia da capa mostra um guardião de sementes do *Resguardo Indígena Cañamomo*, em Lomprieta, Riosucio, em Caldas, Colômbia.

Da Costa Rica, nossa colaboradora e comunicadora visual independente, Paula Cruz, volta a nos acompanhar através da memória visual de um pequeno sítio, localizado em Puntarenas, em Bajo Negros de Paquera. Aqui está seu relato: “Há uma *milpa* pertinho da casa, passando a quebrada, é o milharal de Don Rodolfo Marchena, um senhor carpinteiro que mora ao lado da minha casa, muito tímido, com dois netos, um deles se chama Byron e já pode ir para a *milpa* porque está grande, tem seis anos, os dois já me conhecem bem e de surpresa, me convidaram para conhecer sua *milpa* e trazer *chilotes*: continuaram me convidando, foi muito agradável! Uns dias depois o milho estava pronto para chorreada, três dias depois o milho estava pronto para pão de lote e uma semana depois quiseram que eu provasse as ‘cosposas’, que são tortilhas sem *nixquezar* [sem adicionar cal de pedra ou cinza no cozimento do milho, algo que no México é conhecido como *nixtamalizar*], feitas com milho maduro que ainda não está seco. Agora, já depois da chuva e no início de dezembro, se deixa a *milpa* secando para ir colher milho seco ao sol e guardá-lo para *tortillas* e *tamales*”.

As fotos de Chimaltenango, Guatemala são de Alex Naranjo e as do México são de Hugo Susano, recuperando o plantio de amendoim com vara ou pau cavador na *Sierra Norte de Veracruz*, entre as comunidades ñuhú da região.

Agradecemos o apoio da Fundação Pão Para Todos, da Fundação New Field e de SwedBio.

Agradecemos o apoio da Fundação Heinrich Böll à edição em português.

Com a pandemia, a incerteza cobriu com seu manto tudo o que fazemos, nossas esperanças e as expectativas de tantas pessoas no planeta. De repente, parece que não temos a possibilidade de escalar as paredes, parecemos estar capturados, capturados no tempo dos relógios que marcam as urgências, enquanto as mortes aumentam e as palavras não são suficientes. Muitas pessoas, principalmente na cidade, se sentem aprisionadas pela solidão, sem ver uma saída possível. Devemos, dizem-nos, respeitar a nova normalidade, a abertura sem restrições “e que morra quem tiver que morrer”. É isso que os funcionários de vários governos nos vomitam.

Entre tantas normativas que nos pressionam, a ciência há muito reivindicou o poder de nos guiar, decidindo não deixar espaço para nada que não fosse calculável, e proclamando o banimento da incerteza e do mistério, ao assumir que ela poderia saber tudo a partir de um único lugar, que se encontrava fora da situação que afirmava estudar. Só assim a “objetividade” seria possível.

Mas, como sabem as guardiãs e os guardiões das sementes, estas, como os saberes, surgem do próprio centro daquilo que está acontecendo para fora, com a mesma irradiação das estrelas.

Como disse um sábio físico, “o subjetivo é a maneira pela qual o objetivo se expressa”.

Agora que essa incerteza existe para todas e todos – e não apenas para as semeadoras e semeadores que respeitam o mistério, o desconhecido, há milênios dando passos de cuidados e atenções, sutilezas e ressonâncias, sincronidades e conexões com os ciclos naturais – a certeza da ciência parece perdida.

Apesar do manto com que a nova “normalidade” avassaladora nos cobre, as sementes, os saberes que são e encarnam sementes, que se exercem como sementes, conseguem vez após vez, ciclo a ciclo, brotar, florescer, dar-nos frutos, e são uma das nossas forças de resistência mais antigas e com mais potencial de futuro.

Os povos antigos sempre compreenderam a fluidez do tempo, entre o morto e o vivo, entre a história e os modos verbais que nos habitam na linguagem, berço dos saberes. E em cada idioma, as pessoas falam com seus cultivos, com suas sementes, para se entenderem bem. E lhes falam com palavras de antes, que estão vivas e são novas, porque são de antes.

Assim como as estrelas que vemos enviaram sua luz há muito tempo, a linguagem que falamos se baseia fortemente em tudo o que já aconteceu.

Estamos sempre falando uma linguagem de antes, de nossa gente que já morreu, mas que habita nossas palavras. A linguagem de agora nós a estamos gerando. E se falamos a linguagem dos nossos mortos todos os dias, da mesma forma temos uma relação contínua e milenar com as nossas sementes que nos chegam como um grande presente do remoto, de tantas pessoas, todas amorosas, e das suas conversas com os cultivos. Essas sementes acabam sendo novas por serem tão antigas.



Guardião de sementes do *Resguardo* Indígena Cañamomo, Lomapieta, Riosucio, Colômbia.
Foto: Viviana Sánchez-Prada

Como então entender o tempo, os tempos? Estamos falando do tempo dos relógios que a normalidade nos impõe? Não. Temos que oscilar com o fluxo do tempo de uma forma à qual não estamos acostumados. Temos que estar muito atentos à grande vastidão que nos habita e também nos chega do remoto. Nunca deixou de acontecer e se acumula. Tantos passados, tantas possibilidades de futuro coexistem conosco.

Assim como estamos em muitos lugares de nossa imaginação em um instante, em diferentes passados, memórias, vislumbres, lembranças, e imaginamos as transformações e os futuros possíveis, assim podemos transitar pelo ancestral e pelo futuro.

E se atribuímos qualidade de vivo ao que percebemos como coisas, é porque sempre há um fluxo sem fim que nos mostra algo assim quieto quando vem de nascimentos, crescimentos, trabalhos, olhares, esforços e refluxos de um antes que nunca irá embora e fará parte do coração daquilo que chega.

É por isso que a pandemia será derrotada. Não estamos falando do vírus em si, mas de toda essa situação de encolhimento existencial que nos é imposta.

Fluir nesse manancial, nessa permuta entre o morto e o vivo, daquilo que já passou e do que está presente de forma infinita, é superar o mistério, o que não conhecemos, o incerto, no caminho que atravessa a montanha, abre sulcos, constrói casas. Esta jornada, atravessando o desconhecido, é a nossa integridade com a qual negamos esta parede de escuridão que querem nos impor, totalizante e totalitária, nesta época em que o céu desaba mostrando as costuras e remendos das arrogantes corporações e seus governos, com seus planos, golpes e promoções sem fim.

Para ultrapassar a incerteza, basta nos guiarmos pelo fio que nasce das nossas primeiras sementes e do nosso cuidado como humanidade, e exercer uma reformulação contínua que envolve pensar, sentir, tomar consciência de que para perdurar temos que nos transformar noite e dia. Devemos traduzir-nos, assumindo o incalculável, o não imaginado, o que não é apenas futuro, mas também possibilidade: essa é a nossa força política.

Entender que somos uma fronteira entre o remoto e o futuro, o vivo e o morto, a linguagem e as sementes, entre o exterior e o interior, o acima e o abaixo, a possibilidade e a transformação, é um primeiro passo para atravessar as paredes e derrubar tudo o que querem nos vender como inamovível, como essas paredes de privilégios e de lucro, que o poder capitalista insiste em nos impor através da opressão e da violência. A força do capitalismo está em nos forçar à sua “normalidade”, à sua condição de regulamentos sem fim para nos incapacitar. Querem nos impor essa normalidade como a única coisa possível. Querem que acreditemos que seus padrões são o “normal”, o natural. Essa condição é o que nos é vendido como “realidade”. Uma “realidade” construída, palmo a palmo, contra a qual temos que lutar.

Com o imprevisto, foi aberta a possibilidade de crescer em nosso abraço com a incerteza, e de fortalecer a nossa própria e vastíssima imaginação coletiva. Porque não estamos sozinhas ou sozinhos. Podemos nos restabelecer em comunidade e continuar o vir a ser infinito e ancestral do novo, em todos os cantos onde possamos reconstituir espaços de sociabilidade e confiança responsável. *Biodiversidade* é uma ferramenta para nos aproximar e abraçar uns aos outros. 🌱

O lote agroecológico e a *Casa de las Semillas*

Natalia Tangona

Sem justa distribuição da terra e sem preservação das sementes nativas, não há soberania alimentar nem igualdade econômica e social atingível.

Este é um princípio básico e indiscutível. A organização territorial imposta pelas transnacionais – em benefício do modelo extrativista – tornou a América Latina a região mais desigual em relação à posse da terra. Na Argentina, apenas 1% da população possui 36% da propriedade da terra. Entrevista com Alicia González, do Centro Ecumênico de Educação Popular (Cedepo)

3



Produtores agroecológicos em sítio econativo do resguardo indígena Zenú. Foto: Viviana Sánchez-Prada

“**N**o caso da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), o acesso massivo dos setores populares à cidade ocorreu, entre 1940 e 1960, a partir do modelo de acumulação substitutivo de importações e do fenômeno de migração interna, do campo para a cidade. Nessa época produziu-se o adensamento da área central e uma forte expansão periférica sobre o primeiro e o segundo contorno da Grande Buenos Aires”¹. A política de erradicação das vilas efetuada durante

a última ditadura militar (1976-1983) desencadeou as históricas “grilagens” dos anos 1980 na periferia metropolitana. “A partir das formas organizacionais que ocorreriam nos assentamentos, pode-se falar de um certo ‘modelo organizativo’. Esse modelo foi replicando-se em muitas experiências, que retomam os antecedentes dos assentamentos surgidos em San Francisco Solano (Quilmes) em 1981”².

Ali em San Francisco Solano, em 1981, nasceu o *Centro Ecuménico de Educación Popular* (Ce-

depo). Ali, a luta pela terra urbana se baseava na apropriação do direito à moradia digna, do direito à saúde e à educação, e na construção da soberania alimentar por meio da agroecologia. Ali nasceu a história de *La Parcela* do Cedepo e a *Casa de las Semillas*. Alicia González lutou ali desde o início e hoje conta como esse processo de autodeterminação popular surgiu e persiste na zona sul da área metropolitana de Buenos Aires.

“A história de *La Parcela* tem a ver com a história do Cedepo. Ali chegamos em 1981, 1982, quando um grupo de militantes e educadores populares que trabalhávamos com alfabetização participou de uma luta histórica do nosso povo, que foi a luta pela terra urbana em San Francisco Solano. Ali não se construiu uma vila, mas um assentamento com suas ruas definidas, com seus lugares destinados a praças, escolas e postos de saúde. Os militares ainda estavam no poder, então a repressão foi muito forte; eles cercaram o assentamento. Era uma ocupação muito grande, quarenta hectares com milhares e milhares de famílias. Estávamos ali, nessa área, trabalhando na alfabetização de adultos com toda a perspectiva de Paulo Freire, e relacionada ao que considerávamos uma necessidade muito sentida, que era a questão da alimentação. Essa luta potencializou todo o nosso trabalho. Esse assentamento estava bloqueado pelo exército, tentavam sufocá-lo, mas a gente conseguiu entrar para levar a água, que era o que eles não queriam. Houve resistência e a partir daí saíram muitos centros de alfabetização com essa perspectiva”.

A disputa pelo solo urbano naqueles anos constituiu-se, de fato, como um movimento social inter-setorial e territorial. “Uma das características mais marcantes desenvolvidas nas ocupações de terra é o amplo trabalho comunitário, expresso em inúmeras instâncias de participação nos bairros: as comissões de saúde, de mulheres, de jovens; os espaços recreativos e educacionais; a ressignificação dos espaços públicos, entre outros. O componente comunitário fortalece um tecido social fragmentado pelas políticas que encontram um fio condutor na precarização da vida”³.

Nesse sentido, Alicia relata: “As pessoas traçavam seu lote pensando em uma casa digna, portanto, tinham um pátio, tinham um lugar para produzir em uma horta; não era a vila onde nosso povo consegue um cantinho para sobreviver com a família. Aqui era a busca por um lar digno. Nesse momento vieram as eleições e Armendáriz ganhou⁴. A organização e a unidade do povo eram tão fortes que o primeiro anteprojeto de lei que ele enviou ao parlamento foi a desapropriação daquelas

terras, pois eram terras privadas, e então se conseguiu a configuração desses bairros, com dignidade. Essas terras eram depósitos de lixo, então, depois de trabalhá-las, limpar, tirar pedras, lixo, as famílias poderiam pensar em uma horta. Aqui é necessário mencionar quem são esses adultos e jovens analfabetos em nossa área metropolitana de Buenos Aires. São os camponeses expulsos da terra, da floresta, dos sítios. Então, a partir dessa experiência de alfabetização, construímos módulos pedagógicos ligados à produção de hortas, à criação de galinhas, à alimentação, e se alfabetizava com esses materiais”.

As lutas populares se entrelaçaram nessa experiência conduzida por migrantes de origem agrária, cujos saberes foram fundamentais para traçar as bases de uma organização coletiva com ancoragem rural e agricultura de base camponesa no território urbano.

“Isso cresceu muito, foi reconhecido por um funcionário do Ministério do Desenvolvimento da província, que nos contratou para formar promotores de alfabetização com essa orientação em alimentação. Aquele contrato significou um recurso que nos permitiu comprar cinco hectares, o que hoje é *La Parcela*, em Florencio Varela. Nesse processo formamos o Cedepo, que nasceu como uma equipe de educadores populares. Imediatamente nos envolvemos com articulações latino-americanas como o CEAL (*Consejo de Educación de Adultos de América Latina*), MAELA (Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe) e, assim, fomos construindo nossa proposta para *La Parcela Agroecológica*. Promovemos um Programa de Desenvolvimento Local Sustentável e unimos a educação popular com a agroecologia”.

Hoje, as instalações de *La Parcela* contam com onze hectares de biodiversidade onde são desenvolvidos mecanismos de reciclagem de nutrientes por meio do uso de rotação de culturas, sistemas de associação de cultivos, pecuária e silvicultura, em uma propriedade que possui mais de 200 variedades de arbustos e árvores florestais de multipropósitos. Tecnologias adequadas são construídas para o uso de energia e recursos, como fogões solares, fornos de barro, aquecedores solares, secadores de hortaliças, biodigestores, salamandras e construções de barro. Um manejo natural é usado na criação de animais, e se produzem localmente cultivos adaptados através da produção de sementes crioulas, conseguindo variedades de plantas mais resistentes a doenças e à ação de predadores, através da *Casa de las Semillas*.

“Aqueles cinco hectares que compramos eram

solo degradado, como todos os da região, que é uma área de produtores de subsistência, de trabalhadores rurais, eram solos muito ruins. O INTA o chama de “setor marginal do cordão hortícola”. Portanto, o manejo do solo foi uma das principais tarefas que tivemos que nos empenhar. Primeiro, tínhamos que aprender como se recuperavam esses solos. Tivemos que estudar, para recuperar saberes ancestrais com os antigos agricultores da região, aqueles agricultores tradicionais que tinham uma cosmovisão mais integral que considerava a articulação entre os diferentes componentes da natureza. Foi um grande trabalho de muitos, porque *La Parcela* foi construída com a contribuição voluntária de companheiras e companheiros. Rapidamente entendemos que a produção precisava ser diversificada. Isso nos permitia reciclar a matéria orgânica, por exemplo a cama dos frangos, das galinhas. Foi um processo muito rico de aprendizagem do que é o manejo do solo. Hoje podemos dizer que a agroecologia, em nível agrônomo, tem duas grandes pernas: uma delas é um solo vivo, a outra é a biodiversidade; e esses dois componentes estão profundamente relacionados. Hoje temos uma produção hortícola de alta qualidade nesses solos recuperados. O que conseguimos é um solo verdadeiramente vivo e por isso podemos ter essa qualidade na produção”, afirma Alicia.

O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável já tem 25 anos e o Cedepo existe há 34 anos. Em *La Parcela* existe um centro de saúde comunitário de cujas atividades e cuidados participam mais de 400 famílias. Alicia conta que “quando os médicos consideram que há problemas alimentares na família, receitam horta. Então eles mandam as famílias para ir nos fundos, onde estamos, e nós acompanhamos a família para que instale sua horta, para melhorar a alimentação”.

Nas palavras da organização, a agricultura industrial expulsa os agricultores do campo e impõe a monocultura como prática de manejo dominante. Unindo o conhecimento tradicional dos agricultores com as contribuições da ciência moderna, é criado um diálogo de saberes que estabelece princípios agroecológicos e agrônômicos que norteiam a atividade. Nos estabelecimentos agroecológicos, não pode haver relações de exploração entre aqueles que trabalham. O objetivo principal da *Casa de las Semillas* é produzir, trocar e comercializar sementes crioulas que podem ser cultivadas, multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirem.

“Quando iniciamos isso, começamos a produzir

as sementes de maneira informal, assistemática. Não nascemos com a *Casa de las Semillas*, foi uma construção posterior. Nossas sementes muitas vezes não germinavam, não tinham poder germinativo, ou então germinavam pouco, as plantas não tinham vigor, era difícil para a gente conservá-las, sempre eram comidas por ratos e insetos. Foram muitos anos de trabalho e aprendizado até que fomos gestando em articulação com outras organizações de agricultores, como a *Mesa Provincial de Organizaciones de la Provincia de Buenos Aires*, e aí fomos construindo essa ideia da *Casa de las Semillas*. No início era uma participação dos produtores locais mais informais que vinham com suas sementes e levavam as dos outros. Promovemos as que foram as feiras de sementes provinciais e nacionais. Isso abasteceu muito de sementes em nível local porque houve uma troca muito rica. Essas feiras ocorriam no Parque Pereyra Iraola, reuniam muita gente, com a presença de organizações de todo o país. Conhecemos toda a experiência de produção de sementes de Jujuy, Misiones, Santiago del Estero, foi um período de grande enriquecimento e aprendizado”.

As sementes crioulas, graças a um processo contínuo de melhoria, estão adaptadas às condições locais de clima e solo, e apresentam resistência a doenças e às mudanças climáticas. Permitem também a gestão da produção pelo agricultor, que ganha independência e autonomia ao poder selecionar as suas próprias sementes e ir adaptando-as às suas necessidades e não ter de comprá-las anualmente.

Alicia detalha: “O resgate e a preservação das sementes exigem muita perseverança, muita observação. Conhecer o ciclo das plantas, mas também a relação das plantas com outros fatores da natureza, como a lua e as estações, e com a tradição familiar e milenar dessas sementes. Não por acaso, quando se estuda esses processos na humanidade, essa tarefa esteve principalmente nas mãos das mulheres. Não por acaso. Tem a ver com aquela maneira de se relacionar com a semente e tudo o que ela traz de volta. Acreditamos que quando cultivamos sementes crioulas existe uma relação complementar que vai desde a preparação da terra para semear aquela semente que vai ser a mãe das sementes, até cuidar da abundância da colheita, da saúde e da diversidade de alimentos que garantem saúde e autonomia. Em relação aos produtores da área, nos perguntávamos por que um importante setor dos agricultores não utilizava nem produzia suas sementes crioulas, e descobrimos que havia uma perda de confiança. Diziam para nós que as sementes não serviam, que tinham má germinação, que era uma perda de tempo e isso nos levou a encarar a produção de semen-



Mulher camponesa do *resguardo* de San Lorenzo. Foto: Viviana Sánchez-Prada

tes como um desafio. As sementes crioulas tinham que ser de alta qualidade; do contrário, poderia ser uma tarefa interessante, mas não cumpririam com os objetivos sociopolíticos que acreditávamos que deveriam cumprir”.

Em 2015, a *Casa de las Semillas* deu um salto qualitativo ao formar uma equipe de trabalho integrada pela *Cooperativa APF Varela*, pelo *Movimiento Nacional Campesino Indígena*, pela *Comunidad Warisata* do *Movimiento de Mujeres Indígenas del Abya Yala*, pela *Cooperativa de Producción Agroecológica*, pela *Cooperativa Raíces de Vida* e pelo *Pro Huerta*, para satisfazer sua própria demanda e

a necessidade das produções, e para o intercâmbio e a comercialização. Estabeleceram um processo teórico-prático sistemático que contempla os aspectos técnicos de cada variedade, e foram construindo ferramentas de registro que dão conta da rastreabilidade de cada lote de sementes com um acompanhamento na produção da semente-mãe, na colheita, na limpeza e no armazenamento. Essa articulação entre organizações, que hoje funciona na *Casa de las Semillas*, é chamada de *Minka Semillera*.

“**A**creditamos que as sementes são uma criação coletiva que tem a ver com a história dos povos, principalmente das mulheres. As sementes que temos hoje são heranças, são um legado que nos deixaram as comunidades indígenas, camponesas, agricultoras, fruto de um longo processo de domesticação. Milhões de guardiães de sementes ao longo de milhares de anos criaram a diversidade de alimentos que consumimos. Isso parece tão óbvio, mas em geral as sementes estão bem escondidas na sociedade. É uma das dimensões ocultas deste capitalismo que hoje se constrói e que tanto mal faz à natureza e aos povos. Aqueles de nós que vivenciamos aquela relação que estabelecemos com a semente, com a terra, com o vento, com a chuva, sabemos que esta semente incorporou todos aqueles elementos da natureza juntamente com conhecimentos, afetos, visões, formas de vida que estão ligados ao âmbito do sagrado. As sementes circularam livremente entre as populações garantindo sua soberania e autonomia alimentar, percorrendo o mundo há milhares de anos. Acreditamos que essa criação mútua entre os povos e as sementes promoveu formas específicas de cultivar e de ver o mundo, que têm a ver com as relações que estabelecemos entre nós, entre os seres humanos e com a natureza, a alimentação, a cura e com as práticas vinculadas às normas comunitárias, as responsabilidades, as obrigações e os direitos. Têm a ver com tudo isso”.

Este vínculo entre a reprodução de sementes, a agroecologia e a soberania alimentar denota toda uma concepção sociocultural e política de organização do mundo. Ao questionar o que comemos, questionamos a origem e as formas de exploração e pilhagem que permeiam o sistema industrializado de produção de alimentos. Questionamos a expropriação da terra e dos recursos, o monopólio comercial, a manipulação e o patenteamento das sementes, a criminalização das camponesas e camponeses, das trabalhadoras e trabalhadores rurais, das defensoras e defensores da soberania de nossos territórios e identidades.

“Acreditamos que os direitos de cultivar, guar-

dar, reproduzir e usar sementes são um campo de batalha fundamental para determinar quem controla a alimentação e a agricultura. As sementes são o primeiro elo da cadeia alimentar e o que acontece com elas tem um impacto direto sobre os alimentos. O consumismo afeta sua qualidade, seu preço, mas também a soberania desses alimentos, sobre quem decide o que e como é produzido, e o que é consumido no território e no país. Sabemos que os sistemas de sementes camponesas enfrentam sérias ameaças, porque a pilhagem corporativa da natureza e a destruição acelerada da biodiversidade agrícola por essas corporações avançam a cada dia. As transnacionais das sementes, dos agrotóxicos, buscam privatizar, monopolizar e controlar as sementes atacando, mercantilizando a própria fonte da vida. Em nosso país há uma tentativa permanente de modificar nossa Lei de Sementes, justamente para proteger os interesses dessas corporações nacionais e internacionais, e em prejuízo de toda a sociedade”.

A agroecologia de base camponesa é uma ação social e coletiva que, com distintas denominações de acordo com a marca cultural e territorial, se apresenta como uma ferramenta de transformação popular e global, e como a aliança comum entre o campo e a cidade. Quando nos perguntamos *que agroecologia necesitamos*, a resposta não é única. Cada território constrói sua agroecologia de acordo com sua história, sua identidade, sua realidade e suas lutas. A condição essencial, seja na terra que for, é de pertencer às pessoas e nunca ao mercado. Alicia resume isso perfeitamente.

“Acreditamos firmemente que o desenvolvimento de hortas familiares, e de camponeses e camponesas com terras de produção agroecológica é a força máxima na luta pela soberania alimentar, contra a fome, a desnutrição e a erosão da biodiversidade. Acreditamos no poder transformador das sementes. Elas podem passar muito tempo ocultas, escondidas, guardadas ou esquecidas. Mas quando encontram solo fértil e úmido são capazes de fazer a revolução: germinar, crescer, florescer, frutificar e se multiplicar. Vamos aprender com a semente, é disso que se trata, certo?”. 🌱

Referências:

- 1 Juan Pablo del Río, Política de vivienda y acceso a la ciudad. Las tierras y los proyectos urbanos en el conurbano bonaerense. XXVII Congreso da Associação Latino-Americana de Sociologia. VIII Jornadas de Sociologia da Universidade de Buenos Aires. Associação Latino-Americana de Sociologia, Buenos Aires, 2009 (Disponível em <http://cdsa.aacademica.org/000-062/146.pdf>)
- 2 F. Stratta, “La disputa por el espacio urbano. Las tomas de



Cultivo escalonado donde se cultivan variedades de semillas hortalizadas. (Riosuco, Caldas).
Foto: Viviana Sánchez-Prada

tierra en el gran Buenos Aires durante los años ochenta”.
Revista Herramienta, 48, outubro. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011 (Disponível em <https://herramienta.com.ar/articulo.php?Id=1585>)

3 *Ibidem*

4 Alejandro Armendáriz foi um médico e político argentino, governador da Província de Buenos Aires de 1983 a 1987, após o retorno da democracia ao país.

Este artigo faz parte do projeto “Profundizando debates sobre experiencias agroecológicas para la soberanía alimentaria” realizado com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo.

“A luta pelas sementes, pela agroecologia e pela terra se entrelaçam, e são a base para a construção de um novo modelo agrícola”

Huerquén entrevista Gilberto Schneider (MPA)

8

Enquanto em nível mundial a população está se urbanizando aceleradamente, o vínculo íntimo que os povos têm com as sementes vai se tornando cada vez mais difuso. Nessa aparente opacidade, um punhado de corporações transnacionalizadas opera para capturar sistemas agroalimentares e particularmente as sementes, cercando-as sob diferentes formas de direitos de propriedade intelectual.

Essa ofensiva do capital sobre os direitos dos povos é enfrentada em todo o mundo, especialmente pelas comunidades camponesas e originárias, guardiãs das sementes e protagonistas absolutas da produção de nossos alimentos: hoje fornecem mais de 60% do total de alimentos, tendo apenas 25% das terras.

A pandemia colocou no centro das preocupações o abastecimento de alimentos e seus preços, pontas do novelo que nos ligam a um sistema agroalimentar, em cujo extremo oposto estão necessariamente as sementes sobre as quais tudo se apoia. Porque atrás de cada garfada, seja do que for, há uma semente.

Enquanto em nível mundial a população está se urbanizando aceleradamente, o vínculo íntimo que os povos têm com as sementes vai se tornando cada vez mais difuso. Nessa aparente opacidade, um punhado de corporações transnacionalizadas opera para capturar sistemas agroalimentares e particularmente as sementes, cercando-as sob diferentes formas de direitos de propriedade intelectual.

Nesse sentido, desde 2012 na Argentina temos enfrentado diversas tentativas de modificação da *Ley de Semillas* (20.247) por parte de um agronegócio que busca amputar direitos de uso próprio das produtoras e produtores, e aprofundar seu controle corporativo. A modificação da lei lhes daria mais poder para decidir o que é produzido, como, onde e por quem; minando a soberania dos povos em cada um desses aspectos. É o processo ao qual a Via Campesina opôs o paradigma da soberania alimentar que tem como base as sementes; porque a sua disponibilidade livre, ou não, condiciona a possibilidade de construção de modelos agroalimentares a partir das necessidades dos povos.

Essa ofensiva do capital sobre os direitos dos povos é enfrentada em todo o mundo, especialmente pelas comunidades camponesas e originárias, guardiãs das sementes e protagonistas absolutas da produção de nossos alimentos: hoje fornecem mais de 60% do total de alimentos, tendo apenas 25% das terras.

Uma das experiências mais importantes de organização popular para a defesa, recuperação e multiplicação de variedades de sementes nativas e crioulas em todo o mundo é a do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Brasil, membro da Via Campesina internacional.

Gilberto Schneider é agrônomo com formação em agroecologia. Ele nasceu no município de Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina, próximo a Bernardo de Irigoyen, na província de Misiones. Nessa zona limítrofe as línguas se misturam revelando a arbitrariedade das fronteiras físicas quando os destinos são comuns; por isso, durante a pandemia, nem o espanhol e nem o português foram obstáculo para conversar sobre este tema fundamental para os nossos povos.

O MPA e as sementes. “O MPA surge em 1996, em um momento de forte crise na agricultura, quando muitas famílias estavam deixando o campo por falta de políticas agrícolas. O movimento surge para defender a agricultura camponesa dos pequenos agricultores, como se chamava então, por meio de políticas públicas que melhorassem



Troca de sementes de feijão, recuperadas pela Recab Antioquia, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez-Prada

a vida no campo. O movimento tem mais de vinte anos de luta, e hoje reúne mais de cem mil famílias nas cinco regiões do país e em 17 estados. Eu o conheci em 1999 e comecei a participar ativamente desde 2002 em nível estadual e 2003 em nível nacional”.

Gilberto reconhece que as sementes chegaram a ele como herança familiar: “meus pais continuam sendo guardiões de sementes de milho crioulo e de outras variedades em nossa terra, e foi assim que comecei a gostar de trabalhar com elas. A partir da família, da organização do movimento, e também da formação em agroecologia, entendi a importância das sementes crioulas para a alimentação, para a nossa vida e para o futuro”.

A história do MPA e das sementes crioulas é antiga. Em 2000 o MPA realizou a primeira festa estadual de sementes crioulas em Santa Catarina, e em 2004 a festa nacional; nesta última participaram 19 estados e 21 países.

“Se hoje a terra é um dos pontos

fundamentais para se poder produzir, as sementes vêm logo depois. Sem sementes não temos como discutir um novo modelo de agricultura. Nele, os conhecimentos técnico e científico aliados às práticas agrícolas camponesas são fundamentais. A defesa das sementes crioulas junto com a luta contra os transgênicos foram centrais para o MPA desde o início”.

Na construção territorial do MPA existem três dimensões ou eixos de trabalho com as sementes crioulas: o eixo local, incentivando cada família camponesa a ter as suas próprias sementes; um eixo comunitário, que são as “Casas de Sementes”; e um eixo territorial que são as unidades de melhoramento de sementes, de produção de sementes de forma massiva, em escala, inclusive para entrar no plano comercial. No nível das políticas públicas, o MPA realizou um trabalho muito forte nos últimos dez anos, e toda essa experiência permitiu ao movimento fazer trocas com vários países, como Argentina, Pa-

Na construção territorial do MPA existem três dimensões ou eixos de trabalho com as sementes crioulas: o eixo local, incentivando cada família camponesa a ter as suas próprias sementes; um eixo comunitário, que são as “Casas de Sementes”; e um eixo territorial que são as unidades de melhoramento de sementes, de produção de sementes de forma massiva, em escala, inclusive para entrar no plano comercial.

Temos uma estratégia de que pelo menos três famílias por território, por microrregião de cada estado, cuidem da mesma variedade para que não haja risco de extinção; e o mesmo trabalho para a conservação das variedades com as casas de sementes.

raguai, Venezuela ou Moçambique.

O Plano Nacional de Sementes. Foi construído pelo MPA a partir de instâncias de formação do movimento. A proposta surgiu das discussões e sínteses das escolas nacionais de formação técnica, política e ideológica em torno das sementes crioulas.

Surge da importância estratégica das sementes, e desenvolve experiências em diferentes locais a partir dos três eixos, acompanhadas de toda uma série de recomendações técnicas e práticas, como a construção de Casas de Sementes ou orientações sobre o melhoramento participativo. O nível de detalhamento que alcança sobre a grande quantidade de aspectos envolvidos mostra a força da proposta.

“Participei do processo de organização das escolas e também dos debates durante elas. Nesse tempo estávamos fazendo uma experiência em Moçambique, por isso, como tinha um longo caminho de trabalho prático, tive uma participação direta na construção do Plano. Ajudei a elaborar os 10 pontos de princípios e diretrizes para trabalhar com sementes crioulas, e contribuí para a elaboração da estratégia nos três

níveis (local, comunitário e territorial). Além da implementação no dia a dia aqui onde moro, em Santa Catarina, acompanho a implementação nos municípios. Em nível nacional, me coube discutir a estratégia do MPA e acompanhar o desenvolvimento do Plano em vários estados, com a formação de técnicos e ativistas, e fazer planejamentos de trabalho”.

O Plano teve forte impulso desde que se tornou uma política pública associada ao Programa Nacional de Alimentação para combater a fome, ainda durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o golpe de estado (Temer) e a mudança de governo (Bolsonaro), perdeu o financiamento.

“Conseguimos resgatar variedades, multiplicá-las e colocá-las nas mãos de mais pessoas. Temos uma estratégia de que pelo menos três famílias por território, por microrregião de cada estado, cuidem da mesma variedade para que não haja risco de extinção; e o mesmo trabalho para a conservação das variedades com as casas de sementes. Estamos tendo mais dificuldade com a multiplicação em grande escala porque as políticas públicas que a financiavam



Explicando a milpa no Encuentro de Sabias y Sabios de Semillas y otros Saberes Tradicionales realizado em Chimaltenango, Guatemala, em outubro de 2018.
Foto: Alex Naranjo

comprando as sementes estão atualmente paralisadas. Estamos fazendo um trabalho de formiga para garantir a diversidade na produção e para preservar nossas sementes da contaminação por transgênicos”.

Sementes, agroecologia e territórios camponeses. Para Gilberto, “quando debatemos sobre as sementes crioulas, sua conservação, multiplicação, seleção e melhoramento participativo, automaticamente passamos a discutir modelos de agricultura. As sementes são um dos fatores que permitem aos agricultores escolher um modelo de agricultura. É impossível trabalhar a agroecologia com transgênicos ou com sementes híbridas. Então, a questão das sementes crioulas para a construção da agroecologia é essencial. Só com a produção de sementes crioulas é possível construir a agroecologia”.

“É fundamental conservar a nossa biodiversidade, resgatar a diversidade das variedades. As sementes crioulas têm uma ligação profunda com o modelo agrícola e com o enfrentamento ao agronegócio. Nesse sentido, elas são resistência. Por sua vez, tudo isso está profundamente ligado à questão da terra e do território, porque para trabalhar com sementes crioulas e fazer agroecologia é preciso ter o controle da terra, ser proprietários ou possuidores da terra; ter um controle camponês sobre aquele espaço que não necessariamente é pequeno. Isso amplia nossa visão sobre a questão do território, porque é possível a agroecologia em um espaço territorial e para isso é preciso enfrentar o agronegócio naquele território, para avançar. O mesmo com as sementes: as variedades de polinização aberta precisam de um espaço grande para serem produzidas, sem correr o risco de contaminação, e isso só é possível quando conseguimos que esses territórios sejam livres de transgênicos. Este é um grande desafio porque as sementes, a agroecologia e a luta pela terra estão entrelaçadas; precisamos construir esse território camponês de

agroecologia com sementes crioulas, livre de agrotóxicos e de transgênicos”.

Desafios e oportunidades. Durante o confinamento e fechamento impostos pela pandemia, muitas famílias das cidades aproveitaram para fazer pequenas hortas em casa, em pequenos jardins ou em terraços e sacadas, e lá estavam as sementes crioulas que vieram de pessoas vizinhas e amigas. Um pequeno gesto que retoma aquele caminho de “mãos dadas” que esteve nas origens da agricultura e que foi a base para a criação da diversidade de alimentos que encheu a barriga da nossa espécie durante mais de 10 mil anos. As sementes viajaram com as comunidades e povos, adaptando-se aos climas e solos, mudando com eles e elas, em uma criação mútua.

“A população das cidades também é parceira na construção da agroecologia, na defesa das sementes crioulas e da alimentação saudável. Quem está nos espaços urbanos também pode produzir lá; a agricultura urbana e periurbana pode ajudar na tarefa de conservar a biodiversidade e as sementes crioulas”.

Enquanto as organizações camponesas têm demonstrado seu papel fundamental garantindo o abastecimento de alimentos saudáveis a preços justos, e lutando por políticas públicas para outro modelo agropecuário, os consumidores da cidade têm muito a contribuir.

“É importante que a população urbana estimule a produção camponesa de sementes crioulas e que continue adquirindo os alimentos produzidos a partir dessas sementes. Se esses alimentos forem consumidos, estamos sustentando e fortalecendo a biodiversidade de nossos territórios e regiões. Se o consumo desses alimentos cresce, com certeza essas variedades serão mantidas, pois estão cumprindo seu objetivo. É necessário não perder nenhuma variedade, para que as gerações futuras possam ter uma grande diversidade de alimentos para uma vida saudável”. 🌱



Semeando amendoim, com vara ou pau cavador. Sierra Norte de Veracruz, México. Foto: Hugo Susano

Ferramentas e cuidados para recuperar nossa própria imaginação coletiva

Biodiversidade

I 2

Observando as noções de subsistência, inteligência e saberes dos povos “originários” e das comunidades “camponesas”, núcleo permanente e ancestral do que é a cultura hoje, e que é muitíssimo mais do que a simplória ideia da cultura igualada ao folclórico, com os “usos e costumes”, é fundamental detalhar o que tiveram que superar por milênios – e continuam superando – as comunidades rurais, mas também as urbanas (pois serão destinos dos exílios narrados e sem narrar dos núcleos arrancados de sua relação com a Natureza).

1. As comunidades vivem em uma estreita relação com tudo o que as rodeia (através de uma série de saberes ancestrais e contemporâneos). Essa relação é conhecida como território, que é o espaço onde tudo faz sentido, o entorno de reprodução e subsistência (como Jean Robert o chama).¹

2. As comunidades exercem (são) uma série de saberes ancestrais, históricos e contemporâneos (estratégias, técnicas, métodos, intuições, sincronidades, buscas, experimentações, certezas, narrativas, experiências) e atitudes para resolver as necessidades próprias, da família e da própria comunidade, como um complexo que é chamado de “meios de subsistência”.

3. Ainda existem muitas comunidades que continuam (em maior ou menor grau) gerenciando e resolvendo seu horizonte de necessidades e exigências, e cultivam, coletam, conservam, caçam-pescam, protegem-criam suas sementes, seus cultivos, seus animais, seus alimentos. É bom distinguir entre o entorno e os meios ou estratégias para alcançar a subsistência, entendendo que esta é um processo complexo pelo qual resolvemos através de nossos meios imaginativos acumulados tudo aquilo que mais nos importa, o que é crucial para a nossa vida e o nosso sustento, como a alimentação, como a reprodução para nossos próprios fins como coletivo: a criatividade, imaginação, cotidianidade e seu sem fim de tarefas; a saúde, aprendizagem, justiça e acima de tudo a

responsabilidade própria oferecida para tecer uma mutualidade. Tudo o que hoje coletivos feministas ou de gênero, mas também muitas comunidades autogestionárias no campo ou na cidade, passaram a chamar de “os cuidados”.

4. Por muitos séculos, os senhores, patrões, proprietários de terras, invasores e, a seguir, as corporações de todos os tipos e ao longo de muitas épocas, tentaram impedir as pessoas de serem independentes. Empenharam-se para que as pessoas entrem em um reino de escassez, de tal forma que a precariedade empurre as pessoas comuns a trabalhar para aqueles que as oprimem.

5. As camponesas e os camponeses foram assim submetidos a um trabalho escravizado, assalariado ou arrendado; ser meeiro é trabalhar numa terra arrendada e que antes talvez foi sua e lhe foi tirada. Ou é de quem a trabalha, mas agora se viu obrigado a arrendar para os patrões ricos que o contratam para trabalhar em sua própria terra, pagando-lhe salários miseráveis, arrendamentos miseráveis. Também há casos em que pagam um arrendamento pela possibilidade de trabalhar.

6. Parar de produzir seus próprios alimentos causou catástrofes tremendas ao longo da história em todas as populações que tiveram que sofrer essa condição:

a. *Erosionar os saberes que durante milênios propiciaram a própria subsistência* (e os cuidados que eram o centro mais profundo e vasto da vida). Erosioná-los é uma maneira *light* de dizer isso. A intenção foi de erradicar esse conhecimento, apagar a memória dessa criatividade comunitária e individual e, assim, gerar dependência e precariedade. Provocar e implantar o esquecimento, a ignorância e normalizar a ideia de que as pessoas têm que trabalhar para outras. A própria solução (a autogestão) sempre foi muito ameaçadora.

Assim, à medida que se perde a memória dos mo-



Sítio de Don Rodolfo Marchena, Bajo Negros de Paquera, Puntarenas, Costa Rica. Foto: Paula Cruz

dos de olhar, diz-se: despojaram uma comunidade de sua terra, como se a comunidade ou a terra fossem apenas objetos.

O que significa despojar de suas terras a uma comunidade? Despojar da terra a uma comunidade envolve um número impressionante de relações que se destroem de um momento para o outro e essa ruptura fundamental, essa alienação brutal, esse desligar ou arrancar abruptamente as pessoas de seus processos de convivência, ou que poderiam ter sido de convívio, é precisamente a violência exercida pelo sistema capitalista. Qualquer alienação, qualquer erosão, qualquer desprezo, qualquer ruptura dos saberes, em prol de uma versão cínica e mesquinha do mundo, tem a ver com essa precariedade indispensável, essa incapacitação precursora da submissão que transforma o trabalho criativo em trabalho obtuso para produzir excedentes para outros.

Por isso a ideia tão brutal, tão forte e tão impertinente que se expressa na noção de *desvalor* proposta por Illich.² Ou seja, que se procure impedir que as pessoas resolvam as coisas mais importantes, as mais cruciais, por meio da inventividade individual, ou mútua, comunitária, para obrigá-las a se submeter ao império da escassez e, a seguir, da vassalagem.

Da mesma maneira, por meio dos saberes coisifi-

cados, convertidos em conhecimentos regulados e comercializáveis, são estabelecidas para nós as imensas imposições de uma única forma de acercar o mundo.

Eles nos arrancam de nossas fontes de compreensão com aquilo que investigamos; nos privam, menosprezam, erosionam ou criminalizam e proíbem os nossos meios mais criativos para resolver por nós mesmos o que poderia nos lançar no centro de um futuro de justiça, criatividade, imaginação e autonomia. E de repente as pessoas ficam incapacitadas, anuladas, ao extremo de pensar que isso é normal, de pensar que somos incapazes, que não podemos fazer nada, que a nossa condição é obedecer a essa superioridade econômica ou dos profissionais especializados, e além disso, à ciência a que o sistema educacional realmente nos acostuma, pois tal sistema está projetado para nos ensinar a obedecer e a afirmar que existe alguém acima e que devemos ir subindo para alcançar outro nível social.³

b. A segunda catástrofe é romper o breve espaço de independência ou liberdade que os camponeses sempre reivindicaram. Passar de ser camponeses a ser operários é uma mudança radical em sua relação com o mundo. É passar de um trabalho criativo a um trabalho assalariado do qual é extraído mais va-



Puntarenas, Costa Rica. Foto Paula Cruz

lia, no caso dos assalariados, ou a um trabalho comparável ao de uma máquina, no caso dos escravos. Quem continua naquele breve espaço de liberdade ainda pode defender a ideia de um mundo em liberdade. E a inteligência ou os saberes para alcançá-lo.

Quem trabalha como escravo ou assalariado talvez pode perder a memória de como conseguir isso, e só buscar melhores condições.

c. Se já existe um quadro muito tênue do que ocorreu com a saúde-medicina e com a educação-saberes em relação à alienação da própria saúde e das relações de construção do saber e suas “ferramentas”, temos que detalhar as condições que o capitalismo impôs como guerra contra todos os trabalhadores independentes. Contra qualquer obra ou processo que promova a autonomia. Em vez disso, promovem a escassez, a visão industrial que busca o colossal na escala como única forma de produzir lucro e roubar a possibilidade de alguém resolver sua própria existência. Todos devem estar sujeitos à produção dos proprietários para a reprodução do capital.

A catástrofe (que é ao mesmo tempo dano) que agora podemos compreender mais do que nunca, é que o poder jamais promove a liberdade, sempre busca impor dependência, ignorância, submissão.

Certa tendência da ciência atual caiu nas mãos de grupos corporativos que propõem ao mundo, por

meio de um sistema tecnológico industrial, um espólio extremo: a desapropriação de suas estratégias e ferramentas mais antigas e eficazes.

A submissão hoje exige graus de aceitação, precariedade, fragilidade e normalização nunca antes vistos: pessoas destituídas da possibilidade de produzir criativamente seus alimentos, sua saúde, sua construção de saberes, seus mecanismos de justiça mútuos, próprios; pessoas a quem é imposta a expulsão forçada, que são jogadas fora dos limites naturais de seu entorno; pessoas fora do seu lar, ou seja, seu território; pessoas alheias aos seus saberes mais antigos e à memória viva, atual, de gestionar a sua mutualidade com as pessoas mais próximas (a comunidade) nas mais variadas atividades. A conexão entre os saberes, os cuidados e a própria vida continua sendo perdida como memória do mundo.

Quando falamos dos saberes cotidianos ancestrais, ou da profissionalização, a cultura dos especialistas e sua tecnologia, estamos na verdade falando sobre autonomia ou controle que nos aliena porque nos afasta do âmago de um fenômeno: do próprio centro onde ocorrem os fenômenos. Na verdade, acabamos delegando questões fundamentais a um formalismo, uma norma ou um sistema de normas que “desencarnam a decisão”, colocando-a fora do nosso meio.

Mas o problema não se resolve sendo “donos dos meios de produção”, e sim realizando todos os pro-

cessos implícitos de maneira que possamos conferir-lhes nosso sentido, nosso horizonte, nossa própria reprodução – que não é o mesmo que a reprodução proposta pelo capital.

E a crítica é fundamental, além do poder e do espaço comum para exercê-la. Só assim podemos compreender o que está em jogo: sua real relevância.

O pesquisador argentino Andrés Carrasco, que sempre realizou seu trabalho científico a partir da crítica com um rigor inalienável, que estudou os efeitos do glifosato e sua extrema nocividade nas mais diversas condições, disse pouco antes de sua morte: “O anacronismo da genética em que se baseiam os transgênicos exige a destruição de matrizes complexas (como as das comunidades camponesas ou dos povos originários)”. E é por isso, afirmava, “que não se importam em destruir o tecido ancestral das sementes nativas, imerso em toda a complexidade da vida, nesse fluxo de conversas e potencialidades de séculos”.⁴

Carrasco continuava: “Há uma integralidade dos processos que os torna únicos a uma história e a um conjunto de circunstâncias específicas. Um fenômeno é indivisível e envolve incerteza dialética. O laboratório não pode abranger as complexidades da vida. Na melhor das hipóteses, reflete uma metáfora circumscrita do que acontece lá fora”.

Enfrentava uma corrente particular da ciência, hoje rotulada como “tecnociência”, que com sua

visão positivista pretende estabelecer, implantar procedimentos controlados de laboratório onde as etapas metodológicas geram resultados “representativos” de uma universalidade que inclui todas as situações, todos os tempos e espaços.

Essa corrente – de grandes credenciais, enorme financiamento e aplicações tecnológicas lucrativas e previsíveis – nega a vastidão e a complexidade que nos rodeia.

Carrasco concluía: “Como a metáfora envolve mecanismos ativos em produzir aplicações e uma vasta gama de produtos, se convence de que é uma tecnologia, e que já com isso se equipara à ciência. Então assume que suas conquistas são universais”. Essas chamadas conquistas universais (só porque quantificando o empírico eles homologam, combinam, ordenam e podem produzir “objetos idênticos”), leva-os a acreditar que é necessário promover soluções idênticas que sirvam de fórmulas gerais, “ignorando condições locais específicas, as leis da heterogeneidade natural”, os entornos complexos da vida real, que não são tão fáceis de decifrar.

E é que certas posturas técnico-científicas medem muito superficialmente ou a grosso modo (e com poucas modalidades) e confeccionam remendos que funcionam para reproduzir o capital, mas carregam juntos uma infinidade de danos colaterais. Seus efeitos são devastadores para o meio ambiente, a socialidade, a saúde, a percepção, a dignidade, a ética, o



Byron na milpa de seu avô Don Rodolfo, Puntarenas, Costa Rica. Foto: Paula Cruz

pensamento e a integridade dos seres e das pessoas. Deixar de assumir a responsabilidade por todos esses efeitos é criminoso, genocida e sua refutação se torna profundamente política.

Para Iván Illich, ao contrário, o crucial é a busca de um equilíbrio multidimensional da vida humana. “Em cada uma de suas dimensões, esse equilíbrio da vida humana corresponde a uma certa escala natural determinada. Quando uma tarefa com ferramentas ultrapassa um limite definido pela escala em questão, ela se volta contra o seu fim, logo ameaçando destruir o corpo social em sua totalidade”.

Para ele, não basta refutar o capitalismo. É necessária uma crítica profunda do que ele chama de “monopólio radical do modo de produção industrial”. Seguindo as pistas de Marx, ele insistiu que a superprodução e o acúmulo excessivo de bens e serviços, de instrumentos, ou seja, de processos concatenados, tem efeitos catastróficos para o corpo social. A lógica inerente a este monopólio “exerce um controle único sobre a satisfação de uma necessidade premente, excluindo o recurso a atividades não industriais”. Assim, se impede o exercício (e até mesmo a imaginação) de qualquer alternativa, a ponto de as pessoas duvidarem de sua capacidade para enfrentar o emaranhado de abusos, conflitos, desafios e soluções urgentes com que se deparam.

Isso, em suas versões mais extremas, resultou em que especialistas externos interfiram em nossos afazeres, os corroam e os julguem, criminalizem (como é o caso da guarda e troca de sementes). O efeito desse impedimento é que assim ele também nos incapacita e nos torna precários, dependentes e propensos à submissão e exploração.

O império de uma mesma lógica para conceber, conceituar, implementar, regular e reproduzir, representa uma erosão e uma opressão brutais em quase todas as áreas da vida. Ivan Illich diz:

No estágio avançado da produção em massa, uma sociedade produz sua própria destruição. A natureza se desnaturaliza: o ser humano, desenraizado, castrado em sua criatividade, está aprisionado em sua cápsula individual. A coletividade passa a ser governada pelo jogo combinado de exacerbada polarização e extrema especialização. A preocupação contínua em renovar modelos e mercadorias produz uma aceleração da mudança que destrói o recurso ao precedente como guia da ação. O monopólio do modo de produção industrial torna os seres humanos a matéria-prima elaboradora da ferramenta. E isso já é insuportável. Não importa se é um mono-

pólio privado ou público, a degradação da natureza, a destruição dos laços sociais e a desintegração da humanidade nunca podem servir ao povo.

Há uma subsequente ruptura da temporalidade. Tudo desemboca na direção do futuro e somos obrigados a diminuir nossa atenção para o paralelo e a sincronia, ao simultâneo ou à série de processos, a seus ritmos e pulsações, e à sua interação. Apaga-se a complexidade, o acúmulo de processos-tempos que interagem entre si.

O passado é desprezado. Se perde a relevância de aprender com a memória, a experiência e suas histórias.

Illich foi capaz de dar forma à dimensão vertical da globalização, que chamaremos de enormidade: esse altíssimo e entreverado edifício de processos produzidos sem freio pelo capitalismo, sua tecnociência e sua lógica industrial; um tramado de mediações institucionais, disposições e dependências que desarticula decisões e estratégias, que desloca as pessoas e as comunidades da centralidade que deveriam ter para influenciar suas próprias vidas, suas relações íntimas e sua possibilidade de transformação concreta - mas também imaginativa e abstrata - de sua circunstância.

Ele contestou a cultura do progresso e as pseudo soluções institucionais com seus esquemas, padrões e estratégias para o desenvolvimento econômico, e rejeitou qualquer privatização dos âmbitos e bens comuns da humanidade.

Detalhou a devastação inerente àquela lógica industrial que viola as escalas e os limites naturais das dimensões críticas da vida. Apontou a necessidade de redefinir as ferramentas - não mais em termos de sacralizar a produtividade industrial, mas em termos de que nos desligam do corpo social ou nos aumentam a criatividade social e os laços de convivência.

Utilizando o termo *ferramenta* “no sentido mais amplo possível, como instrumento ou como meio, independentemente de ser produto da atividade manufatureira, organizadora ou racionalizadora do ser humano”, disse Iván Illich:

A ferramenta é inerente ao relacionamento social. Enquanto eu agir como humano, uso ferramentas. Dependendo se eu a domino ou se ela me domina, a ferramenta me liga ou me desliga do corpo social. Enquanto eu dominar a ferramenta, dou ao mundo o meu significado. Quando a ferramenta me domina, sua estrutura molda e informa a representação que tenho de mim mesmo.

A ferramenta convivial é aquela que me deixa com a maior latitude e o maior poder de modificar o

mundo na medida de minha intenção. A ferramenta industrial me nega esse poder; além disso, por meio dela, é outra pessoa que determina minha demanda, reduz minha margem de controle e governa meu próprio sentido.

Mas também não podemos enaltecer a ferramenta convivial como algo que podemos dispensar e jogar fora. É importante nos darmos conta que qualquer ferramenta em si é um processo. Illich diz isso expressamente. E como processo envolve um tecido, uma rede de relações. Cada ferramenta, mesmo uma jarra, não é apenas um jarra, é uma ferramenta eficaz, mas envolve um tecido de relações que pode, de repente, ultrapassar um limite crítico que a desnaturalize ou pode não ultrapassá-lo. As ferramentas podem nos desvincular do corpo social ou podem nos devolver e nos remeter ao corpo social.

Para Illich, o nocivo, o alienante, é o que nos desloca e nos tira de nossas circunstâncias, impedindo a autonomia de nossa própria criatividade e imaginação individual e coletiva, e nos estabelece ou impõe mediações ou deslocamentos.

O paradoxo é que tudo o que promove autonomia nos devolve à comunidade, ao corpo social, ao tecido das nossas relações, ao nosso imaginário, e é o que nos fortalece e nos reconstitui como sujeitos, sujeitas da nossa história. A autonomia, a liberdade, é sempre com outros e outras. A alienação, ao contrário, sempre nos isola.

A alienação da ciência moderna começa por supor que sua reflexão e sua própria manipulação estão fora dos processos. Que eles podem estar localizados em uma torre de controle onde a sujeira não fede e a incerteza não pesa.

“Mas os camponeses trabalham com o que nunca é totalmente previsível, com o emergente”, diz John Berger em “The ideal palace.”⁵ Os camponeses entendem muito bem suas próprias dimensões e alcances e, como tal, sabem que até quando são agentes de transformação, sempre têm que lidar com algo ‘muito além de si mesmos’, com algo ‘muito maior do que eles’. Acima de tudo, estão conscientes, sabem, que embora seja maior que eles, mesmo quando os ultrapasse, na realidade eles próprios “estão imersos naquele processo que procuram compreender”.

Em sua integralidade, em sua modéstia, a visão camponesa sempre voltará ao que é acessível. Eles não procuram banir o invisível, mas acolhê-lo. “Os camponeses não acreditam que o progresso reduza as fronteiras do desconhecido”, diz Berger, “porque

não aceitam o diagrama estratégico que tal afirmação envolve. Na sua experiência o desconhecido é constante e central: o conhecimento o rodeia mas nunca o eliminará”.

Assumindo plenamente o mistério e a incerteza que isso acarreta, os povos originários, herdeiros de tradições camponesas do cuidado, abraçarão o mundo como um corpo vital, que deve ser cuidado porque é o nosso próprio corpo estendido até os recessos mais remotos do universo. E esses cuidados, mais cedo ou mais tarde, são indispensáveis para que a vida siga seu curso.

Parafraseando o Comitê Invisível, para que a vida siga seu curso, precisamos assumir “o território de nossa resistência”: as estruturas materiais e simbólicas que habitamos plenamente, onde estamos inscritos, onde somos. “Lugares vivos pelos quais sentimos apego, situações de vida que nos dizem respeito, vínculos que nos fazem e desfazem. Tudo o que nos afeta, nos preocupa e nos torna apaixonados, nos sustenta ou nos amarra à vida. Esse tecido é nosso aqui e agora”. Propor sempre a partir daí nos remeterá às pessoas com quem convivemos, pessoas a quem podemos questionar e que nos podem questionar. Essa ferramenta sempre será o primeiro passo. 🌿

Biodiversidade

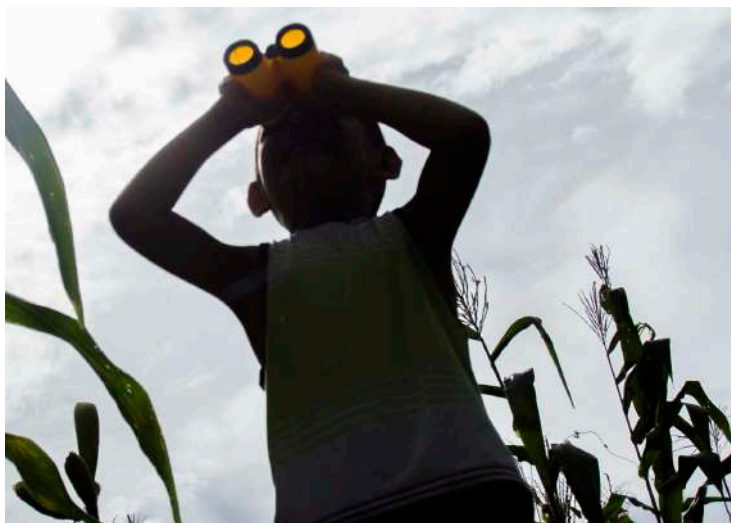


Foto: Paula Cruz

Notas:

1 Jean Robert. *Los cronófagos*. A ser publicado em breve, *Le temp qu'on nous vole*. Sueil, 1980.

2 Iván Illich, *El trabajo fantasma*, Obras reunidas, Volume 2, Fondo de Cultura Económica. México 2008.

3 Todas as citações de Iván Illich daqui em diante provêm de *La convivencialidad*. Joaquín Mortiz / Planeta, México, 1974.

4 Comunicação pessoal

5 John Berger: *Keeping up the rendez-vous*, Londres, Vintage, 1992.

Caminhos do Semiárido brasileiro para a gestão da agrobiodiversidade:

Maitê Edite Sousa Maronhas,¹ Nara Nara Pinilla,² Juliana Lins Lira³

18



O interior de uma Casa de Sementes em Vitória da Conquista, Bahia. Foto: Maitê Maronhas

1. O Nordeste e o Semiárido. A Região Nordeste do território brasileiro é composta por 9 dos 27 estados, representa 18% do território nacional e 27% da população. Uma das características dessa região é o clima semiárido, com chuvas concentradas em poucos meses do ano, o que provoca secas sazonais.

O processo colonial brasileiro se iniciou nessa região e suas marcas são profundas, atravessando o cotidiano na histórica concentração da terra, da água e do poder das elites dominantes. Ao uso político sistemático dos limites naturais da região para o enriquecimento e manutenção do poder das oligarquias regionais se dá o nome de

“indústria da seca”.

A história da região é atravessada também pela lógica do combate à seca, marcado pelo surgimento do Departamento Nacional de Combate à Seca no início do século XX, um período de mobilização de grandes volumes de recursos públicos dedicados a grandes obras, como a construção de açudes, transposições e barragens, que manteve a concentração da água nas terras de latifundiários, permitindo assim a prática da troca de votos por água.

A resistência popular a este processo também é histórica; a memória nordestina guarda como exemplos as resistências camponesas de Canudos,

¹ Mestranda em Ciências Ambientais, Especialista em gênero, desenvolvimento e políticas públicas. Engenheira Agrônoma e Ambiental. Assessora do projeto de agrobiodiversidade no semiárido; exerceu o cargo de assessora no Programa Semente do Semiárido e no P1+2.

² Mestre em Extensão Rural, jornalista, exerceu o cargo de assessora do Projeto de Agrobiodiversidade do Semiárido e do P1+2.

³ Assessora do Projeto de Agrobiodiversidade do Semiárido, ocupou o cargo de assessora do Programa de Sementes do Semiárido e do P1+.

no final do séc. XIX, das comunidades de Caldeirão e Pau de Colher, na década de 30, dentre muitas outras. Para além dos momentos de conflitos, há a resistência cotidiana, contínua, tecida na busca diária por melhoria nas condições de vida. É dessas experiências de resistência que surge a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).⁴

Fundada em 1999 com a publicação da Declaração do Semiárido⁵, na qual as organizações da sociedade civil denunciaram a invisibilidade do Semiárido no cenário nacional, exceto nos momentos críticos de seca. O documento denunciou a fome e o descaso contínuo do Estado, exigindo as medidas imediatas necessárias, ao mesmo tempo que exigia uma política de desenvolvimento econômico adequada à realidade da região, mediante medidas contínuas.

Naidison Baptista, Antonio Barbosa e Alexandre Pires⁶ afirmam que a estiagem é um fenômeno da natureza, enquanto a fome, a miséria e a morte daí decorrentes são produtos da ação humana e das políticas dirigidas a essas regiões e populações (ou da ausência delas)⁷. Não são, em absoluto, fenômenos naturais. *A seca é política*.

Em contraponto à política de combate à seca, a ASA estrutura suas ações e programas na *Convivência com o Semiárido*, que compreende a possibilidade de conviver com as características do ambiente, através da observação da natureza, da experimentação, das inovações, do intercâmbio de saberes e experiência entre os agricultores e da cultura do estoque.⁸ É um convite a olhar para a região através de suas possibilidades, construindo assim um imaginário próprio do Semiárido. Enquanto o Nordeste foi tornado o lugar do limite, da falta, da fome e da pobreza, o Semiárido é o lugar da possibilidade, de um povo criativo e capaz de uma vida digna e da fartura.

A ASA é composta por mais de 3 mil organizações – entre sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores familiares, cooperativas, fóruns, redes, grupos de jovens e mu-



Figura 1: Mapa del semiárido brasileño

heres, organizações não governamentais e outros, e desenvolve suas ações nos 10 estados que compõem o Semiárido.⁹

É através da sistematização das experiências de convivência que o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido foi constituído, que por sua vez é composto de quatro programas: Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)¹⁰, em 2003; Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)¹¹, em 2007; Programa Cisternas nas Escolas¹², em 2009; e o Programa de Manejo da Agrobiodiversidade-Sementes¹³, em 2015.

Para Antonio Barbosa a ASA é a sociedade civil fortalecida enquanto sujeito de direitos, a partir das necessidades dos povos do campo, que constrói e executa políticas públicas para a convivência com o Semiárido.

O Brasil ratificou o Tratado Internacional Sobre Recursos Fitogenéticos Para Alimentação e Agricultura (TIR-FAA) em 2006, que foi incorporado à legislação brasileira em 2008, aproxi-

4 Ver: <https://asabrasil.org.br/>. A ASA também integra o Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) que faz uma crítica às formas de apropriação da biodiversidade silvestre e cultivada e dos conhecimentos tradicionais por meio de normas de propriedade intelectual. Luta pela construção dos direitos dos agricultores e povos tradicionais ao livre uso dos bens comuns por eles administrados. <https://agroecologia.org.br/>

5 Ver: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf

6 Os autores são respectivamente: coordenador executivo da ASA Bahia, coordenador dos programas P1+2 e Sementes do Semiárido e coordenador executivo da ASA Pernambuco.

7 Complemento das autoras.

8 Estoque de água, sementes, forragem, alimentos.

9 Uma parte do estado de Minas Gerais, localizado na região Sudeste do país, compõe o Semiárido brasileiro.

10 Ver: <https://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>

11 Ver: <https://asabrasil.org.br/acoes/p1-2>

12 Ver: <https://asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas>

13 Ver: <https://asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>

14 A trajetória do trabalho com sementes crioulas no Semiárido retoma o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 70 nos estados de Alagoas e Ceará, e da Rede de Intercâmbios de Sementes (RIS) nos estados da Paraíba, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais e Ceará na década de 90. A caminhada sobre o tema é anterior à própria ASA, um elemento importante a registrar.

15 Ver mais sobre conservação *on farm* em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/conservacao-e-promocao-do-uso-da-diversidade-genetica/agrobiodiversidade/conserva%C3%A7%C3%A3o-in-situ,-ex-situ-e-on-farm>

mando o Estado Brasileiro do compromisso com a conservação dos recursos fitogenéticos.

Entre 2003 e 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, a sociedade civil organizada vivenciou uma relação com o Estado Brasileiro em que o diálogo para a proposição de políticas era possível. Foi um período de importantes conquistas com os Programas: Bolsa Família (2003), Luz para Todos (2003), Aquisição de Alimentos (PAA) (2003), Água para Todos (2011), e também o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Or-

gânica (2013), dentre outros.

Apesar de não ser possível aprofundar a reflexão sobre os resultados dessas políticas, é possível apontar o resultado mais relevante da sinergia desses programas, a saída do Brasil do mapa da fome da ONU em 2014. A melhoria das condições de vida para a população do Semiárido brasileiro foi amplamente observada e registrada em artigos, revistas, livros e publicações de diversas naturezas.

Aqui tratamos da trajetória do Programa Sementes do Semiárido.¹⁴ A ocorrência de secas compromete as safras, os estoques e a conservação das sementes. Quanto mais intensa e extensa a seca, maior o risco de erosão genética das sementes crioulas. Considerando ainda um longo histórico de desvalorização do material crioulo pela legislação e políticas públicas, montamos o atual cenário, que coloca em sério risco a conservação de sementes crioulas nos sítios.¹⁵

O Programa Sementes esteve ativo de 2015 a 2019 em todos os estados do Semiárido. Seus principais objetivos são: o resgate, preservação, multiplicação e estoque de sementes crioulas, considerando como crioulas aquelas sementes nativas ou adaptadas ao ambiente em que se encontram e sobre as quais suas guardiãs e guardiões detêm saberes sobre seu manejo, cultivo, estoque, preparação e consumo, e a sistematização e valorização dos saberes e inovações camponesas.¹⁶

A execução do programa nesses quatro anos permitiu fortalecer a discussão sobre as sementes crioulas no Semiárido, e organizar e animar redes estaduais de casas ou bancos comunitários de sementes, iniciando ou revigorando a dinâmica sobre as sementes crioulas e a agrobiodiversidade nesses estados. Foram instalados em torno de 1.000 casas e bancos, aumentando a rede de casas e bancos de sementes existentes nas comunidades, com a participação direta de 19.500 famílias, aproximadamente 78.000 pessoas.¹⁷

Os resultados mais relevantes foram o redescobrimento e resgate de semen-



Puntarenas, Costa Rica. Foto: Paula Cruz



Milho debulhado em Puntarenas, Costa Rica. Foto: Paula Cruz

tes crioulas guardadas por gerações, o ressurgimento do debate sobre espécies e variedades adaptadas, tendo o “batismo” das sementes crioulas com nomes regionais como uma importante metodologia de revalorização.¹⁸ Foram identificadas centenas de variedades de feijões, milhos, macaxeiras, dentre outros, embora os nomes populares não sejam uma indicação segura das variedades, certamente indicam a permanência daquele cultivar no ambiente, demonstrando sua adaptação e seu processo de “acrioulamento”.¹⁹ Outro importante resultado, ainda em curso, foi a reativação do debate sobre as sementes crioulas nos estados envolvidos, de forma que alguns aprovaram leis estaduais de sementes, considerando nestas as sementes crioulas.

Durante a execução do Programa Sementes do Semiárido ocorreu uma aproximação com a Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa.²⁰ Desde seu nascimento, em 1972, a Embrapa foi e é ainda hoje um importante ator na disseminação da Revolução Verde no país.²¹ Portanto, essa aproximação, em muitos momentos, foi conflituosa e profundamente desafiadora.

Em 2006 a Embrapa publicou seu Marco Referencial em Agroecologia formulando diretrizes para sua institucionalização. Atualmente a Embrapa tem um portfólio de projetos de pesquisa em Agricultura de Base Ecológica e o de Inovação Social, que tem foco na agricultura familiar, na agroecologia e em tecnologias sociais.²² Também tem um enfoque para a convivência com a seca que tem linhas compatíveis com a agricultura familiar dependente de chuva. Os resultados efetivos são iniciativas que se fundam na produção de conhecimentos agroecológicos e em

16 A Lei 13.123 de 20 de maio de 2015, conhecida como Lei da Biodiversidade, em seu artigo 2º define conhecimento tradicional associado como a informação ou a prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associadas ao patrimônio genético.

17 As casas ou bancos comunitários de sementes são espaços de guarda coletiva, sob gestão das próprias comunidades, encerrando assim riscos de atrasos no acesso às sementes, o que no Semiárido, região de chuvas restritas no tempo e variáveis no espaço, são de suma importância para a segurança alimentar e nutricional.

18 *Sementes da fartura* (Piauí), *sementes da vida* (Ceará), *sementes da tradição* (Rio Grande do Norte), *sementes da paixão* (Paraíba), *sementes da partilha* (Pernambuco), *sementes da liberdade* (Sergipe), *sementes da resistência* (Alagoas), *sementes da terra* (Bahia), *sementes da gente* (Minas Gerais).

19 O “acrioulamento” ocorre quando uma variedade resultante de melhoramento passa pelo processo de seleção e plantio por agricultores durante 10 ciclos, adquirindo assim características que a tornem mais adaptada àquele ambiente. São retomados os saberes de quem a cultiva quanto a suas características e seu manejo.

20 A Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

21 A relação entre a ASA, as organizações que a compõem e a Embrapa é anterior, porém pontuamos aqui que neste período novas aproximações que ocorreram e as existentes foram intensificadas e fortalecidas.

22 Ver: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>

23 Um exemplo: http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2012/doc_179.pdf

Bibliografia

Antonio Gomes Barbosa. Acesso à água é uma questão de direito. 2009. Site Eco-debate.

Antonio Gomes Barbosa. ASA, Sociedade civil na construção de políticas públicas para a convivência com o Semiárido. 2012.

Naidison de Quintella Baptista, Antonio Gomes Barbosa, Alexandre Henrique Bezerra Pires. “O desafio da convivência – A estiagem e a seca em um novo contexto do Semiárido brasileiro. In A estiagem e a seca em um novo contexto do Semiárido brasileiro”. Le Monde Diplomatique, Brasil, Edição-69, 2013.

Brasil. Decreto nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares, Brasília, DF.

Brasil. Decreto nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, Brasília, DF.

Brasil. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso aos conhecimentos tradicionais associados e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, Brasília, DF, agosto de 2003.

Brasil. Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos Para Alimentação E Agricultura (TIRFAA). 2018.



Cisterna ao fundo e canteiros de produção em destaque. Foto: Manuela Cavadas.Jaguarari, Bahia. Acervo AsaCom

metodologias de pesquisa participativa, como os ensaios comparativos com sementes crioulas, que tem contribuído na produção de conhecimentos científicos sobre o tema. Essas pesquisas têm demonstrado a qualidade adaptativa dessas sementes às secas e a outras características do ambiente, mostrando-se com frequência mais adaptadas do que as sementes comerciais.²³

Muitas das demandas identificadas no Programa Sementes geraram o Projeto Agrobiodiversidade do Semiárido, componente do Programa Inova Social, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em execução desde julho de 2019, o projeto atua nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Piauí, com uma previsão de mais três anos, tendo como principal objetivo fortalecer as redes de casas/bancos comunitários de sementes nesses estados.

O projeto também prevê a realização de contratos de guarda de sementes nos Bancos de Germoplasma da Embrapa (BAGs), que apenas permitem que o material seja guardado, mas não autorizam o acesso a estes ou seu uso

em pesquisas. Essa ação é de extrema importância devido ao risco de erosão genética provocado pelas secas, e pelo risco iminente de contaminação das variedades crioulas por genes transgênicos, em especial para o milho.

Além dos contratos, se promoverá o acesso dos agricultores aos BAGs para repatriar variedades coletadas e guardadas, em alguns casos por até mais de 30 anos. Tão importante quanto o acesso pontual promovido pelo projeto é a criação das vias formais para que as organizações da sociedade civil possam buscar esse acesso em qualquer outro momento.

O Agrobiodiversidade do Semiárido é resultado da primeira parceria efetivada entre a ASA e a Embrapa, fruto de um intenso debate sobre a necessidade do Estado garantir projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos em diálogo com a agricultura camponesa e não apenas voltados para a agricultura empresarial. Orientada por princípios agroecológicos essa parceria busca assegurar o direito dos povos do Semiárido à conservação da sua agrobiodiversidade, unindo o conhecimento científico ao conhecimento popular. 🌱

A construção da soberania alimentar a partir dos territórios com base na agroecologia

Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC VC)

As organizações camponesas temos levado por décadas as propostas necessárias para uma transformação econômica e política que proporcione melhores condições de vida aos trabalhadores do campo e da cidade. Como população camponesa, nos caracterizamos por ser protagonistas em termos de alimentos em nível mundial, o que nos obriga a pensar com responsabilidade sobre os fatores que influenciam para que os alimentos cheguem às nossas mesas. Pensamos constantemente na necessidade de que os alimentos sejam produzidos da forma mais natural possível, para que sejam bem nutritivos, frescos, saudáveis, econômicos, deliciosos e bonitos, entre outros aspectos que procuramos na hora de consumi-los.

Nosso trabalho se enquadra nos aspectos acima mencionados, ao mesmo tempo em que produzimos alimentos para o resto da humanidade; lutamos para produzir os alimentos que nossas famílias precisam, acreditamos que uma alimentação saudável depende de uma agricultura com práticas agroecológicas. Nos territórios temos lutado para assumir nosso importante papel como população camponesa, mas há fatores que nos dificultam o desenvolvimento pleno do nosso exercício. Queremos comentar aqui algo que nos cerceia e põe em risco a nossa existência e como, desde os nossos pequenos territórios, em toda a América Latina temos conseguido nos manter.

23



Guardiã de sementes colhendo a safra de milho do último semestre de 2019. (Riosucio, Caldas). Foto: Viviana Sánchez-Prada



Variedades de sementes de feijão que foram recuperadas, prontas para troca e produzidas de forma agroecológica. (Riosucio, Caldas). Foto: Viviana Sánchez-Prada

Queremos insistir que agora enfrentamos um choque de modelos econômicos no mundo rural. O contraste entre o modelo dominante, baseado na agroexportação, nas políticas neoliberais e no livre comércio, versus o modelo de soberania alimentar que nós, como CLOC-LVC, defendemos.

Nós camponeses e camponesas identificamos que nossa proposta econômica tem como marco o conceito de soberania alimentar. Com o que implica desenvolvê-la, vemos a possibilidade de continuar a existir, melhorando as nossas condições de vida e de quem trabalha na cidade; vemos também que com a prática da soberania alimentar, podemos resfriar o planeta, enaltecer e valorizar o trabalho e o poder de decisão de nós mulheres; garantir a permanência dos jovens no campo; distribuir melhor os alimentos que produzimos e, assim, combater a fome; garantir os direitos de nossos meninos e meninas; e cultivar a paz em nossos territórios, entre muitas outras necessidades importantes.

“O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido pela Via Campesina e levado ao debate público na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, e oferece uma alternativa às políticas neoliberais. Desde então, esse conceito se tornou um tema maior no debate agrário internacional, até mesmo no seio das instâncias das Nações Unidas.”

Para nós camponesas e camponeses “a soberania alimentar é o direito dos povos de produzir seus próprios alimentos, nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável

e ecológica, mas inclui também o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e de produção.” Algumas experiências locais que tivemos em termos de soberania alimentar com a agroecologia são:

Organizações como o ATC da Nicarágua; *Fen-suagro*, *Anzorc*, Fenacoa na Colômbia, FNCEZ na Venezuela, MST e MPA no Brasil; e só para citar alguns de tantos, elas criaram estratégias de recuperação de terras, já que na América Latina a maior parte das terras está nas mãos dos grandes proprietários, e as dos camponeses estão sendo usurpadas por projetos de mineração-energia ou pela invasão de monoculturas do agronegócio, como é o caso da soja.

As estratégias bem-sucedidas de recuperação de terras são estruturadas no estabelecimento de assentamentos de camponeses para ocupar as terras não cultivadas; no caso das terras que nós camponeses e camponesas possuímos, e que estão tentando nos tirar com megaprojetos, conseguimos criar, na Colômbia, mecanismos legais para constituir *resguardos* indígenas, zonas de reserva camponesa. Estamos lutando em todo o continente para estabelecer áreas onde possamos exercer livremente as atividades correspondentes à produção de alimentos, sem afetar nossas tradições nem a economia local. Para que possamos continuar produzindo alimentos é preciso ter a terra, mas essa posse é muito desigual em nosso continente (“Um por cento das fazendas da América Latina concentra 60% da terra”).

As estratégias para poder garantir a posse da

terra nas mãos dos camponeses têm servido para dispor de recursos hídricos, proteger as sementes e a biodiversidade, e frear a pilhagem pelas corporações multi e transnacionais.

Com a terra que temos nas mãos, nos garantimos o direito como camponeses e camponesas de produzir os nossos alimentos, e com isso conseguimos sensibilizar a população em geral para poder identificar as vantagens que tem nossa produção camponesa agroecológica e a importância de consolidar relações econômicas soberanas. As conquistas que alcançamos até agora podem ser demonstradas através da aplicação de metodologias de intercâmbios de saberes a partir do diálogo de camponesas ou camponeses, ou vice-versa, diálogos que permitem criar estratégias de autodeterminação dos povos a partir do trato entre iguais na hora de consolidar práticas agroecológicas, aplicar tecnologias de acordo com as necessidades dos territórios, construir estratégias em termos de políticas públicas que garantam nossos direitos, e até espaços de participação na ONU para a Declaração Mundial dos Direitos dos Camponeses. <http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/1197484/>

A aplicação de tratados de livre comércio internacional atenta diretamente contra nossa soberania, faz com que os alimentos que produzimos entrem em uma concorrência desleal no mercado, posiciona nossos alimentos em uma lógica mercantil que desconecta as relações entre quem produzimos e consumimos alimentos e, além disso, não garante uma distribuição equitativa. Esse manejo mercantil da alimentação é em parte um precursor da fome em nossas comunidades. As práticas que nos têm sido favoráveis consistem em fortalecer a economia local e nos ajudariam ainda mais se na hora da compra se reduzisse o consumo de alimentos ultraprocessados e superembalados, e aumentasse o consumo de frutas, verduras, tubérculos, grãos. Tudo o fresco nos mercados locais. Isso sem dúvida melhorará a saúde. Algo importante é ter em mente que na hora de escolher os produtos, a qualidade nem sempre se mede pelo tamanho ou pela cor. Hoje, a classificação de qualidade aplicada aos alimentos significa que de 50 a 60 % do que nós camponeses produzimos seja descartado, desvalorizado ou supervalorizado. Nesse aspecto da supervalorização, não são os camponeses e camponesas que recebem os benefícios, mas os canais de intermediação.

Nós camponeses e camponesas procuramos garantir, por meio de diversas ações no território, no espaço político e econômico, a participação dos povos na definição da política agrária. Fomentar con-

dições de bem viver no campo e na cidade provocou e provoca a perseguição, o exílio, o desaparecimento e, infelizmente, a morte de muitos dos nossos dirigentes que lutam por aspectos tão necessários e básicos como o é o cumprimento dos direitos humanos. Para evitar essa tragédia, realizamos várias ações em diversos espaços de participação. Algo muito importante é que divulguemos o que está acontecendo com esse flagelo, que todos nós tenhamos uma compreensão do que está acontecendo em nossos territórios.

No nosso trabalho a partir do território, identificamos ações importantes para ir construindo soberania alimentar e o que é necessário para continuar trabalhando:

- * Mudar as políticas públicas que regem nosso sistema agrário e alimentar.
- * Reivindicar o direito à terra, às sementes e aos bens comuns.
- * Nos opormos à mercantilização e às patentes dos bens comuns.
- * Criar um sistema de produção agroecológico que assegure alimentos saudáveis para todas as pessoas, conservando a biodiversidade e os recursos naturais.
- * Mudar a forma como se distribui os alimentos, promovendo mercados locais, diversificados, baseados na solidariedade e preços justos.
- * Melhorar as condições sociais e de trabalho no sistema agrário alimentar.

Nosso sistema alimentar e modos de vida rurais estão sob ataque do capital financeiro internacional e de corporações transnacionais, que contam com o apoio de governos, acordos de livre comércio e instituições financeiras internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Quando os povos rurais perdemos nossas terras e territórios, eles caem nas mãos do agronegócio e de outros monopolizadores de terra.

Por outro lado, estamos enfrentando a mudança climática, aumentam as temperaturas e o nível do mar, há grandes contaminações da terra e das águas, diminui a fertilidade dos solos, há pouca disponibilidade de água, diminui a biodiversidade, aumentam os eventos climáticos extremos que causam graves danos às comunidades e aos ecossistemas, aumentando a vulnerabilidade das populações mais pobres, principalmente das mulheres indígenas e rurais.

Para mantermos nosso papel de camponeses e camponesas, tivemos que enfrentar os agrotóxicos,

os transgênicos, a monocultura, os agronegócios, a substituição de insumos, a agricultura orgânica neoliberal que mantém o monocultivo, as leis, os tratados de sementes e sua mercantilização, o verticalismo e a privatização dos conhecimentos, a propriedade intelectual sobre a vida, a monopolização de terras e os grandes latifúndios privados, o patriarcado e outras formas de exploração, o ataque à natureza a partir da mal denominada agricultura inteligente.

“A partir da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo CLOC-Via Campesina, promovemos a agroecologia como o único caminho, pertinente, viável e eticamente aceitável para alcançar a soberania alimentar, com a união das forças, vontades e capacidades de todos os nossos povos.”

A agricultura camponesa agroecológica que praticamos é uma peça fundamental na construção da soberania alimentar e na defesa da Mãe Terra, princípios éticos de vida baseados na justiça social e na dignidade dos povos.

Nossa agroecologia é altamente política, não é complacente nem com as estruturas de poder nem com a monocultura, ao invés, desafia o poder e coloca as comunidades locais no centro da produção de alimentos, em harmonia com a Mãe Terra.

Procuramos praticar uma agroecologia camponesa baseada em sistemas locais de sementes, que é comprovadamente melhor para a Mãe Terra, ajuda a resfriar o planeta, e demonstrou ser mais produtiva por unidade de área do que a monocultura industrial, oferecendo o potencial para alimentar o mundo com alimentos saudáveis, produzidos localmente, garantindo ao mesmo tempo uma vida com dignidade para o campesinato e para as futuras gerações dos povos rurais.

Nossa proposta é continuar promovendo a agroecologia entre todas as organizações da CLOC mediante programas de treinamento, visitas de intercâmbio, produção e distribuição de materiais educativos, e da identificação e documentação de casos de sucesso. Promovemos programas, escolas e institutos de formação agroecológica (IALAs) e programas de camponês a camponês. Trabalhamos na defesa e fortalecimento dos sistemas de sementes camponesas locais, lutamos pela terra e água; exigimos que os governos adotem políticas públicas que favoreçam a agroecologia e a soberania alimentar.

Nós mulheres, homens, idosos e jovens camponeses, indígenas, diaristas, trabalhadores rurais sem terra e outros povos do campo estamos comprometidos com a luta pela defesa e recuperação de nos-

sa terra e territórios, que nos permitem preservar nosso modo de vida, nossas comunidades e nossa cultura.

Os povos indígenas, e todas as nossas tradições e culturas camponesas, nos ensinaram historicamente o respeito à Mãe Terra, pelo que nos sentimos desafiados com a recuperação de nossos saberes ancestrais da agricultura e com a apropriação dos valiosos princípios da agroecologia (que na verdade vêm em grande parte do nosso conhecimento acumulado), para que assim possamos produzir em harmonia cuidando de nossa Mãe Terra.

São muitas as experiências de práticas locais que ajudam a construir o caminho da soberania alimentar a partir da produção camponesa agroecológica. Na maioria dessas atividades, conseguimos:

- * Aumentar a reciclagem de biomassa e otimizar a disponibilidade e o fluxo equilibrado de nutrientes.
- * Garantir condições de solo favoráveis para o crescimento das plantas, principalmente por meio do manejo da matéria orgânica e do aumento da atividade biótica do solo.
- * Minimizar as perdas causadas por fluxos de radiação solar, ar e água por meio do manejo do microclima, coleta de água e do manejo do solo através do aumento da cobertura.
- * Diversificar específica e geneticamente o agroecosistema no tempo e no espaço.
- * Aumentar as interações biológicas e sinergias entre os componentes da biodiversidade, promovendo processos e serviços ecológicos chave.

A soberania alimentar com a agroecologia é a nossa proposta como comunidades organizadas e camponesas para melhorar as condições de vida no campo e na cidade, pois contribuem, com soluções contundentes e econômicas, para superar os desafios que enfrentamos como humanidade. 🌱

Referências

- *Escuela Campesina Multimedia.*
- <https://agroecologia.espora.org/>
- 1% das fazendas na América Latina respondem por 60% das terras.
- <https://www.telesurtv.net/news/EI-1-de-fincas-concentra-mas-del-60-de-la-tierra-en-A-Latina-20161206-0033.html>
- *La agroecología como patrimonio de los pueblos rurales y ancestrales.*
- <https://cloc-viacampesina.net/la-agroecologia-como-patrimonio-de-los-pueblos-rurales-y-ancestrales/>
- *Soberanía alimentaria con base en la agroecología.*
- <https://cloc-viacampesina.net/soberania-alimentaria-con-base-en-la-agroecologia/>

A resposta sistêmica à Pandemia

Lucros, privilégios, controle e repressão

Alianza Biodiversidad

27

Má vontade e que morra quem tiver que morrer expressam os governos e organismos internacionais que se arrogam a gestão desta estranha condição generalizada. Assim, a Europa abriu-se sem considerar as condições de sua “nova normalidade”, quando na América Latina a curva de contágios crescia.

Um sábio Yanomami expressou isso ao declarar que “o céu está desabando”, referindo-se às causas da pandemia que acumula sintomas e contágios ao longo de 2020; uma devastação mundial: na conta de 18 de agosto, isso significava quase 22 milhões de pessoas infectadas e quase 780 mil mortos.

São muitos fios de eventos concatenados que tecem o descarrilhamento atual que vislumbramos em um instante, em uma tabela com cifras, mas que não dão conta da complexidade desse “estado de exceção” que declararam pandemia.

A “tempestade perfeita” que desencadeou o surto de Covid-19 talvez tenha vindo da eclosão de vários fios entrelaçados que têm em seu centro o sistema capitalista e sua operação industrializante.

Com a destruição das florestas e dos ecossistemas naturais, e a aproximação de animais silvestres, os entornos onde existem conjuntos, constelações de vírus, entraram em contato com populações de animais que convivem mais com os humanos. É a produção industrial de alimentos (especialmente carne), o manejo dos resíduos, o ar, a água e a crescente superlotação das populações animais e humanas. Há uma semelhança assustadora entre periferias e favelas, por um lado, e prisões públicas e privadas, centros de detenção de migrantes, campos de refugiados, asilos, grandes operações agroindustriais com galpões para peões, por outro, e finalmente, as enormes e virulentas granjas fabris industriais, onde todos os tipos de insetos, bactérias, vírus,



Família camponesa do departamento de Antioquia. Produtoras de sementes agroecológicas da Red Colombiana de Agricultura Biológica-Recab. Foto: Viviana Sánchez-Prada

fungos cruzam-se de forma violenta nas indignas e breves existências de porcos, aves e gado. Ali não há qualquer forma de coexistência, nem a escala em que esses organismos poderiam viver em ambientes naturais onde normalmente já coincidem. São amontoamentos, ambientes onde as escalas naturais foram explodidas, rompendo as relações existentes para impor umas novas, que propiciam mutações, exacerbações, recrudescimentos, degradações.

A crise é agravada pela loucura climática, e se o céu desaba, deixando em dúvida nossos sistemas alimentares, é também devido às cadeias produtivas que transmitem a gravidade das condições de uma etapa para a outra, afetando toda a nossa vida.

Inúmeros autores e centros de pesquisa têm dito isso, incluindo vários dos que compõem a *Alianza Biodiversidad* em nossa América.

O chão está afundando. Estamos ante a destruição do entorno e a recorrência contínua de doenças. E o mesmo sistema capitalista que tudo causou, também desmantelou o estado de bem-estar que em algum momento poderia ter nos defendido.

Os sistemas globais de saúde foram sendo desmantelados até chegar a uma condição deplorável, substituídos por esquemas de seguro-saúde caros que na verdade são fraudes e pacotes semiturísticos para pessoas que aceitam, sem questionar, que sua saúde tenha sido expropriada – e seja administrada de maneiras lamentáveis pelos chamados especialistas em saúde que acumularam grandes poderes ao longo dos anos. Aqueles que não podem pagar por um plano de saúde de “marca” estão à mercê do que o quebrado orçamento público possa destinar ao alívio da imensa maioria que constrói e mantém cada país.

Se existe isso que chamam de “cadeia produtiva”, – os fatores que entram em sinergia para a plena produção de bens e serviços, como infraestrutura, instalações, maquinários, mão de obra, matérias-primas, processos industriais, comunicação, serviços, transporte e tudo o que possa ocorrer aos gerentes de fábricas e despachos promocionais –, podemos delirar que existe uma “cadeia destrutiva”, uma incapacitação progressiva, espoliações por toda parte e uma devastação expansiva como gatilhos da força acumulativa do capital.

Estamos no momento em que tal destruição foi exacerbada pelos processos acumulados que somam sua própria entropia, e a crise culminante é essa semiparalisação do mundo.

Aproveitar o desamparo. O paradoxo é que embora a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 tenha exposto o papel desempenhado pelo sistema alimentar agroindus-

trial e toda o tramado corporativo enredado com governos e organismos internacionais, na geração e disseminação de doenças pandêmicas e patógenos letais, também é verdade que desde que a quarentena começou de forma quase global, na América Latina, o agronegócio, e muitas outras pontas da indústria e dos negócios, não só não foram colocados em quarentena, como continuam com total impunidade, aprofundando seus impactos e danos a comunidades e ecossistemas. Em quase todos os países da região, as atividades do setor agroindustrial e extrativistas foram isentas da quarentena por serem consideradas como “atividades essenciais” nas medidas tomadas.

O capitalismo não se afasta de sua ideia de resolver problemas promovendo as mesmas causas que os provocaram. Assim, governos, empresas e cúmplices internacionais continuam lutando por reformas e imposições que ameaçam a estabilidade de suas próprias estruturas: será preciso ver até que ponto resistirão.

Este documento coletivo é apenas um vislumbre de tudo o que corre nas veias abertas da América Latina. E o que é apontado não esgota o que está acontecendo.

Estados e corporações se aproveitam da fragilidade. A informação crítica chega até nós porque temos vínculos com organizações e pessoas em situação de conflito, mas sabemos que a grande maioria do que se difunde vem dos centros de poder e isso se repete nos meios de comunicação de massa. Tentamos colocar numa ordem que faça sentido e sirva para fortalecer nossas lutas em cada contexto, em cada situação particular.

Deixemos claro que por trás da pandemia e de suas causas está o capitalismo, que se reorganiza ou evolui, mas mantém seus velhos objetivos que servem para continuar se perpetuando: ter **lucros, privilégios**, para o que exacerba o **controle** e a **repressão**.

Não podemos deixar de notar esses nós de frieza, sempre tingidos pelo poder com uma chantagem emocional:

1. *Promoção intransigente de ajustes nas políticas públicas*, expressos em reformas constitucionais, leis e normativas. Leis existentes são reescritas e outras são criadas que distorcem o sentido daquilo que promovem, alegando que defendem algo quando na realidade intensificam o desamparo com que o poder subjuga os povos. Promoção do extrativismo e megaprojetos como atividades essenciais. Restrições à mobilidade, perda de direitos trabalhistas, criação de novos impostos, privatização de recursos públicos e bens comuns, uso obrigatório de plataformas digitais para procedimentos, novas ondas de subsídios para o setor agroindustrial, aumento das prerrogativas e liberdade de ação dos corpos repressivos, todos amparados pela nova legalidade da pan-



Jovem guardiã de sementes e facilitadora de projetos agroecológicos no município de Riosucio, Caldas. Foto: Viviana Sánchez-Prada

demia, armados com os novos acordos de “livre comércio” no Brasil, Chile, Equador, Costa Rica, Honduras e México que aumentam a flexibilização ambiental e trabalhista (que inclui maior precariedade, isenção de responsabilidade em contratos e demissões) e as Boas Práticas Regulatórias que impedem os países de restringir as corporações. Os TLC forçam os países a registrar, certificar e privatizar suas sementes com direitos de obtentor e patentes. As licenças para transgênicos são aceleradas. No caso do México, se regulamenta a coexistência entre OGM e milho nativo. No Peru, termina a moratória aos OGMs, além de muitos novos OGMs sendo aprovados no Brasil. Aumentam as importações de agrotóxicos, contornando procedimentos. Tarifas são eliminadas (milho, arroz, soja, trigo, banana e mais).

2. *Pilhagem territorial.* A reclassificação da mineração, da extração de petróleo e de todo tipo de fontes de energia e água como “atividades essenciais” acelera o saqueio por agilizar concessões e licenças ambientais, demonstrações de impacto ambiental realizadas a todo vapor ou de forma fraudulenta, extração de energia eólica e fotovoltaica, ao mesmo tempo que se promovem projetos turísticos futuros como uma ótima solução para os atuais problemas de liquidez presentes na pandemia. Os lixões tóxicos, por um lado, e as contrarreformas agrárias que privatizam a terra, levam à apropriação multimodal de vários territórios, enquanto se

promovem parcerias público-privadas e contratos que colocam as terras como garantia.

3. *Aumentou a repressão.* As forças policiais, as guardas nacionais e o exército foram às ruas, atingiram as salas de aula e os lotes das comunidades, estabelecendo que a população, inclusive essa população fragilizada e fragmentada, isolada pela pandemia, seja a inimiga.

A violência de gênero, especialmente contra as mulheres, atingiu nesta quarentena limites nunca antes vistos. Assim como os assassinatos contra quem defende os direitos humanos, os territórios e o meio ambiente, ou é contra os megaprojetos e o crime organizado.

4. *As fronteiras do cerco:* a Covid-19 tem sim comportamento de classe. Existem dois destinos divergentes das comunidades rurais e originárias. Quando as comunidades ou coletivos mantêm um autoconfinamento, decidido de maneira coletiva e horizontal, e existe uma organização própria que apoia suas decisões, as pessoas conseguiram se manter mais ou menos bem, embora com deficiências que procuram resolver coletivamente. Eles estão livres de contágios e se defendem do caos com sua própria produção de alimentos e tratamentos locais, sua gestão comunitária de mitigação, filtros sanitários e prevenção.

Existem outras comunidades que, apesar de isoladas, têm



Chimaltenango, Guatemala. Foto: Alex Naranjo

contágios incontroláveis e, por falta de serviços, os danos às suas populações são ainda maiores do que nas cidades. O que explica um destino ou outro? As comunidades rurais (originárias ou não) que estão profundamente prejudicadas pela pandemia compartilham um cerco que não é novo e que sempre destruiu seus recursos para a subsistência. São locais à margem de corredores industriais, ou em montanhas e florestas cercadas pelo extrativismo e plantações. Populações invadidas por megaprojetos e seu cinturão de corrupção e transações sujas, tudo que os serviços trazem para os trabalhadores e trabalhadoras que convivem com as populações locais, vulnerabilizando seus poucos filtros. Isso ocorre com cidades que fornecem empregadas e empregados para os serviços de hotelaria e restaurantes, estufas industriais, empacotadoras ou *maquilas*, e depois retornam às suas comunidades para serem cuidados, curados, acolhidos antes de morrerem ou contagiarem. Existem comunidades que, sim, conseguiram estabelecer filtros sanitários eficazes e isso fortalece a sua organização interna, mas os limites do cerco às vezes são brutais.

5. *Promoção da agricultura industrial.* Com a pandemia, os governos não promoveram apoios para a alimentação dos povos (algo muito visível no México, Honduras, Equador e Bolívia). Ao invés de buscar alternativas na soberania alimentar das comunidades, há toda uma retórica, alimentada pelas normas que vêm dos TLC, para dividir e marginalizar a produção independente e camponesa alegando normas de higiene inatingíveis e absurdas.

A permissividade com as grandes corporações que incentivam as pessoas a se alimentarem com comida barata e *fast-food* é responsável pelo aumento da obesidade, diabetes, hipertensão e, portanto, propensão a serem vítimas des-

ta pandemia. Enquanto isso, empresários do agronegócio se esmeram para conseguir mais subsídios, mais licenças para importar agrotóxicos e ajustar as leis para evitar sua responsabilidade pela saúde dos trabalhadores.

6. *Invasão de tecnologias digitais.* Há um enorme avanço nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e outras que dependem dos satélites e frequências sem fio, que possibilitam automatizar os processos produtivos e comunicativos. Se insiste que com essas tecnologias a “distância saudável” pode ser mantida (transferindo o risco de contágio para trabalhadores e trabalhadoras em fábricas, indústrias metal-mecânica, de mineração ou petroleiras; ou para aqueles que trabalham em granjas industriais ou estufas de qualquer tipo, em qualquer lugar, ou aqueles que ganham a vida com o novo trabalho de entrega em domicílio), enquanto exploram o tempo de trabalho a partir de casa. Os alunos procuram ajustar o seu aprendizado a essas plataformas e se mecanizam trabalhos agrícolas e de processamento industrial.

Há pessoas que caem na “armadilha digital”. Há jovens que, ao imaginar alternativas, querem apenas inventar novos *softwares* ou novas aplicações, ou comunidades isoladas às quais se propõem “direitos digitais” fornecidos por empresas, para o que instalam servidores e cabos de internet privados, das empresas. O “manejo remoto” é promovido como a nova alternativa verde *livre de contágio*, e se torna uma nova submissão global que paira sobre todos.

A imposição digital começa com mais concessões às empresas de telecomunicações, e a obrigação de se tornar digital para facilitar o rastreamento das rotas de contágio e ter acesso à “proteção” dos serviços de saúde, do seguro-desemprego, dos créditos para micronegócios, ou para não perder as terras. O extrativismo dos dados e todos os outros despojos são processados rapidamente online.

7. *Desmantelamento de serviços públicos.* O colapso das redes hospitalares (e dos sistemas de atenção à saúde) em nossos países, as restrições ao comércio local, pequenos mercados, pequenas lojas ou bancas de rua para favorecer os supermercados “higienizados”, a falta de equipamentos de proteção para os trabalhadores essenciais, a ausência de segurança para a população, mostram a redução mantida por décadas dos orçamentos destinados ao bem-estar geral. O isolamento exacerba a vulnerabilidade e o crime. É gravíssimo que a ênfase seja colocada nos chamados “cuidados de saúde”: na intervenção como combate à doença em vez de uma abordagem integral onde o social, o político, o nutricional e as condições de desigualdade, configuram muitos fatores que deveriam ser enfrentados para alcançar uma população menos propensa a sofrer as vicissitudes das

pandemias.

8. *Desprezo pelos esforços independentes.* Apesar do surgimento no campo e cidades de redes de mutualidade e organização comunitária, de abastecimento e cuidados, que são independentes e estão salvando vidas sem exigir nada em troca, as autoridades e instituições não têm feito nenhum esforço claro para empreender uma comunicação e coordenar possíveis colaborações que potencializem os poucos recursos existentes em nossa região, e enfrentem os desastres para a saúde e para as economias familiares, locais e nacionais. Longe de reconhecer a gestão autônoma, autoridades, instituições, líderes de opinião, meios de comunicação, insistem em enfatizar atitudes de irresponsabilidade e negligência da “sociedade”. Muitas pessoas não podem ficar em casa porque precisam do sustento diário, e muitas outras simplesmente não confiam nas recomendações de uma ciência e de um sistema de atenção pública que desde sempre desprezou o camponês, o artesanal, o intuitivo, o tradicional. Culpar a população pelo contágio e pela morte é muito conveniente para aumentar o poder da polícia e de outros órgãos repressivos durante as quarentenas.

O capitalismo não pode assumir os tempos comunitários, para ele é urgente que ocorram lucros. E os Estados não podem reconhecer que existem formas de resolver a vida das pessoas que não passam pelos negócios que fazem com a saúde, a alimentação, a educação, a habitação.

Sempre pesará mais “reativar a economia”, custe o que custar, do que fortalecer estratégias autônomas de sobrevivência.

Não é “descuido” ignorar como é que as pessoas no Peru, Equador, Chile ou Brasil enfrentam, de forma independente, a pandemia. O que esses novos nichos de mercado significam para tecnologias, processos e produtos que vêm para “nos salvar”? Além de omitir as alternativas que surgem a partir de baixo, há campanhas contra a homeopatia, a acupuntura, os remédios caseiros e as curas ancestrais, contra a própria ideia de outra racionalidade, mais integral.

Muito do que sofremos decorre de campanhas institucionais internacionais que desprezam a prevenção, enaltecem os tratamentos com fármacos que acabam sendo mercadorias que podem aliviar ou ter efeitos colaterais que transformam estas drogas em promotoras de novas patologias.

A partir desse pensamento negado pela instituição, Ariel Guzik, um médico, músico, biólogo, nos fala sobre os vírus e a origem da pandemia: “... o fenômeno em seu aspecto biológico me parece menor considerando as circunstâncias que o nutrem. Diante do conluio de forças que a recriam, espream e exploram, me parece secundário; vejo escrito em sua narrativa uma declaração sobre a ingenuidade humana e sua capacidade de submissão”.¹

Para Hermann Bellinghausen, é crucial a crítica à “concepção que se tem da pandemia”, e de como toda a situação é decidida e dirigida, “pela razão do Estado, o custo e benefício para os mercados, o controle repressivo, o combate focalizado e medicalizado de um evento biológico que ocorre em várias dimensões”.²

Muitas pessoas estão em situação de precariedade há tantos anos que não conseguem realmente fazer diagnósticos básicos sobre como a doença as está atacando, acostumadas à extrema dor física e existencial infligida por um sistema que só quer vender e lucrar. Não é um problema que temos exclusivamente na América Latina. Os ajustes legais, com seus novos ajustes estruturais, a armadilha digital, os limites do assédio, o desmantelamento dos serviços públicos, são a resposta do capital à pandemia em todo o planeta.

Brasil

Leis e decretos de interesse privado. Aproveitando a emergência decretada pelo Congresso Nacional, sem debate público, foram editados decretos e leis que agravam a repressão oficial, favorecem as corporações e garantem a impunidade dos crimes ambientais, que contribuíram para os contágios entre comunidades indígenas e camponesas e afetaram a viabilidade de redes alimentares não industriais.

Desde fevereiro, as políticas de desenvolvimento da Amazônia estão sob a tutela absoluta das Forças Armadas e em maio foi instituída uma nova Garantia da Lei e da Ordem.

As atividades corporativas foram reclassificadas como atividades essenciais em decretos respectivos de março e abril, que permitem que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística operem sem medidas de isolamento para qualquer carga; a produção, exportação, importação e transporte de insumos, produtos químicos, petroquímicos e plásticos; processos siderúrgicos e cadeias de produção de alumínio, cerâmica e vidro; beneficiamento, comercialização e escoamento de minerais; mercado de capitais e seguros, e construção civil.

O que garante lucros é favorecido, como a liberação de 150 novos agrotóxicos. O Ministério da Agricultura estabeleceu a proteção das atividades industriais relacionadas à produção de alimentos e bebidas, processamento de produtos agropecuários, produção de fertilizantes e sementes, fabricação e comercialização de maquinaria e manutenção de ferrovias e estradas. O Plano Safra 2020 recebeu um acréscimo de 13,5 bilhões de reais em relação a 2019, em meio à maior crise econômica do país, beneficiando a agricultura em grande escala. Apenas 500 milhões de reais foram destinados à agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos para consumo interno, sobretudo verduras, hortaliças e frutas.



Sierra Norte de Veracruz, México. Foto: Hugo Susano

Frigoríficos, focos de infecção. O corte da cana-de-açúcar e o trabalho em frigoríficos são os principais vetores de contágio. Com a alta dos preços das commodities e o real em baixa, o setor agropecuário foi o único que cresceu nos três primeiros meses de 2020. O abate de aves cresceu 5%, registrando seu maior volume nesse período. No Rio Grande do Sul, 32 frigoríficos tiveram surtos de coronavírus, 25% do total oficial daquele estado. Em Dourados, no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná os municípios mais afetados são os mais próximos dos frigoríficos. Dos casos de contágio em Dourados, 90% estão relacionados ao frigorífico da JBS, o maior da América Latina.

Pandemia de violência. Ao suspender a vigilância e a penalização, a pandemia encobriu mais desmatamentos na

Amazônia Legal e mais negligência com os focos de incêndios sazonais, o aumento das invasões de terras públicas e o tráfico de produtos florestais e minerais, o que provoca uma explosão de contágios entre as cidades. Isso ocorre principalmente no “arco do desmatamento”, uma transição entre a Amazônia e o Cerrado no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A contaminação das comunidades vem dos trabalhadores dos frigoríficos e das pessoas que trabalham na cana, já que essas comunidades são a reserva regional de mão de obra mais barata.

Em São Paulo, desde o início da pandemia, a polícia assassinou uma pessoa a cada seis horas e as prisões por crimes contra mulheres cresceram 51,4%. No Rio Grande do Norte, aumentaram 34% os ferimentos e 54,3% as ameaças contra as mulheres, enquanto os estupros dobraram de março para abril. Em Mato Grosso, os feminicídios aumentaram cinco vezes.

Um capitalismo do controle digital. O Projeto de Lei contra a indústria de notícias falsas ou “fake news”, propõe exigir a identificação completa do usuário vinculando sua conta nas redes sociais a um documento pessoal e número de celular, violando o direito humano à privacidade e disponibilizando todos os dados coletados para as corporações das plataformas. As organizações e movimentos sociais terão a obrigação de conservar e compartilhar seus dados com os órgãos de investigação de segurança pública. Para evitar perfis falsos, se busca obrigar as empresas de telecomunicações a enviar relatórios periódicos com cadastros atualizados dos celulares ativos, atribuindo poder de polícia às corporações privadas.

Colômbia

O Decreto original. Depois de decretar a emergência devido à pandemia de Covid-19, o governo emitiu outros decretos e normas que facilitam a operação do agronegócio, a certificação de sementes, a privatização da água, o empoderamento dos empregadores e a digitalização forçada.

Em março, foi definida a entrega de créditos para o setor agropecuário durante a pandemia, mas menos de 2% dos créditos são para agricultores em pequena escala.

Em abril, foi definida uma tarifa zero para a importação de milho amarelo, soja e sorgo: uma agressão direta à agricultura nacional disfarçada de combate aos impactos da pandemia. A norma favorece apenas quem importa alimentos e matérias-primas para a produção industrial de animais. Há um excesso de oferta no mercado global de soja e milho baratos, portanto não há justificativa para a eliminação de tarifas de importação de matérias-primas.

O sindicato sementeiro solicita ao governo para implementar um plano de contingência que garanta a segurança

alimentar em meio à emergência, “evitando demoras nos procedimentos” para certificar sementes e importar insumos agrícolas. Que os produtores registrados possam comercializar sementes sem atender aos requisitos de certificação. Que as empresas possam se autocertificar enquanto se supera a contingência. É claro que o setor do agroindustrial também solicita que se continue a aprovação de produtos derivados de transgênicos para consumo humano.

Privatizar a água e padronizar as plataformas digitais. Em junho, foi estabelecido um subsídio temporário de 12.400 pesos colombianos por mês para subscritores de aquedutos comunitários rurais, dinheiro que receberão como desconto na taxa do serviço. A norma ignora que a maioria dos aquedutos rurais arrecada as contribuições das famílias por meio de estratégias diferentes de “faturas”; muitos não têm personalidade jurídica. Para receber o subsídio, os beneficiários devem atualizar suas informações. Significa começar a ser vigiado pelas autoridades, aceitando novas obrigações e encargos administrativos e econômicos que pouco entendem a lógica da comunidade e da realidade rural, como exigir o envio de mais de 800 formulários em formato digital.

No país, apenas 1.621 aquedutos comunitários são controlados e monitorados pela autoridade, mas existem 32.000 aquedutos rurais que seriam obrigados a se inscrever em um regime de vigilância, o que fará com que muitos desapareçam ou sejam substituídos por estruturas empresariais ou regionais

Com o decreto de março, os pedidos de concessão de águas superficiais e subterrâneas foram priorizados para garantir o abastecimento de água potável, buscando reduzir a um terço os tempos de autorização. As concessões serão automaticamente prorrogadas enquanto durar a emergência sanitária. A prospecção e exploração de águas subterrâneas podem ser realizadas sem autorização, desde que haja informações geológicas do local de influência e o aval da autoridade ambiental.

Demandas patronais. Cerca de 25 líderes dos setores empresariais, comerciais e acadêmicos mais importantes do país escreveram ao presidente propostas para *evitar a paralisação da atividade econômica* e aliviar os efeitos negativos que a pandemia lhes causará. Exigem flexibilizar e liberar o mercado de trabalho, permitindo contratações por hora; que durante seis meses o Estado assuma 100% das contribuições parafiscais e suspenda por um ano a obrigação de contribuir para os fundos de compensação; aprovar procedimentos abreviados para “questões que estão impedindo o desenvolvimento hoje”, como os trâmites de *royalties*, consulta prévia e licenças ambientais; priorizar as “*Zonas de Desarrollo Empresarial*” que revitalizem o setor produtivo

agroindustrial, fortalecer os direitos de propriedade agrária, a segurança jurídica para atrair investimentos, desenvolver parques tecnológicos e zonas francas agroindustriais. Reduzir impostos e simplificar procedimentos para todos os setores das cadeias de valor e de suprimento agropecuário e agroindustrial, evitando controles de preços e medidas que dificultem sua função produtiva. Permitir que o mercado funcione com os maiores níveis de liberdade possíveis, permitindo “que os preços transmitam as informações necessárias aos produtores e consumidores” para evitar os desajustes entre oferta e demanda.

Os conflitos ambientais e sociais. Até 19 de abril de 2020, foram assassinados 56 líderes ambientais e sociais. Durante a quarentena na Amazônia colombiana, aumentaram o desmatamento e as queimadas da floresta, e estradas foram abertas para aumentar a fronteira agropecuária na selva.

Costa Rica

Fortalecer o agronegócio, as atividades extrativas e fragilizar o Estado. São privatizadas as poucas instituições que ainda fortalecem a seguridade social e fornecem recursos. Parece que a produção real de alimentos seria apoiada contra a monocultura, mas a intenção não durou. Café, abacaxi, mandioca e outros cultivos aumentam suas exportações em meio à crise. As medidas sanitárias para os operadores de transporte de agroexportações em todo o Istmo centro-americano são ferozmente combatidas pelos empresários, igual como no Chile. Os trabalhadores migrantes (embaladores vindos da Nicarágua) estão totalmente desprotegidos e seus centros de trabalho são fontes de infecção. Vêm à tona as condições subumanas com que são contratados pelas produtoras e exportadoras de mandioca, abacaxi e laranja. São decretadas medidas para liberar a entrada de agrotóxicos no país (principalmente da China), como na Argentina.

A lei de certificação de sementes é discutida prematuramente, como na Colômbia e no México. Os legisladores defendem a possibilidade de venda dos parques nacionais como forma de enfrentar a catástrofe econômica e produtiva.

A privatização total das instituições do Estado é promovida para obter fundos do FMI para ajudar a superar a crise. Assim, os salários são penalizados, são reduzidas as funções reguladoras do Estado sobre os bancos, e a produção de derivados de petróleo e de alimentos.

De organismos internacionais chegam análises contraditórias sobre o que deve ser feito, quanto deve ser o salário mínimo universal, com emprego, ou sem. Não há uma recomendação clara sobre apoiar ou não o informal, sobre promover a agricultura local ou as cadeias industriais, se ampliar ou limitar a definição de trabalho “essencial”.

Honduras

Livre comércio, militarização e extrativismo sem trégua. Na pandemia, a tarifa zero para arroz e milho recebeu luz verde, de acordo com o TLC-CAN. Os agricultores em pequena escala receberam um golpe de misericórdia, enquanto os militares iniciam a execução do *Programa de Desarrollo Agrícola de Honduras* (PDAH), que visa a produtividade e rentabilidade agrícola. Aumentam sua presença nas ruas e na proteção da floresta como pagamento do executivo aos militares por manter o governo no poder. Para a execução do PDAH, será criada uma direção na chefia do Estado-Maior Conjunto, com uma dotação de 3.843 milhões de lempiras.

Desde o final de janeiro e aproveitando a estiagem, o governo preparou um pacote para fazer frente à emergência alimentar declarada em 137 municípios, a maioria deles no corredor seco. Ele recomendou represar rios, importar sementes, usar “sementes resilientes” que poderiam equivaler a sementes transgênicas e aumentar os monocultivos. Foram outorgados mecanismos de compra direta, que em Honduras equivalem a corrupção. Estima-se uma despesa de 200 milhões de lempiras para dar assistência a produtores agrícolas em pequena escala por meio de um *bônus de segurança produtiva*: fertilizantes, sementes melhoradas e venenos.

O discurso da segurança alimentar, derrubado. Sabendo que a alimentação básica da população hondurenha é baseada no milho e no feijão, produzidos por cerca de 300 mil famílias camponesas, agora o regime – que privilegia os cultivos para a indústria e a exportação, que despreza a produção para o consumo interno até o seu esquecimento – vem falar de soberania alimentar e nos diz, querendo insultar a inteligência do povo, que tal produção será garantida pelos ricos latifundiários que agora se convenceram de que o importante é produzir para consumo interno e não para seus negócios externos.

Para ter tal resultado, o regime criou um programa que consiga “o ordenamento, o registro e a rastreabilidade das unidades de produção alimentar nacionais e a categorização dos produtores nacionais e estrangeiros”. Há rumores de que é uma estratégia para que os proprietários de terras se apropriem da terra recuperada de narcotraficantes que foram extraditados para os Estados Unidos.

Despojo online. A *Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente* anunciou que está processando online os pedidos e renovações de licenças ambientais, de forma a não interromper o funcionamento do comércio e das empresas durante a emergência. As frequências de banda larga são entre-

gues no atacado para multinacionais de comunicação (Tigo e Claro). Sem dúvida não são concessões para emissoras de rádio ou prestadores comunitários de serviços de internet, mas sim para empresas multinacionais de telefonia celular que monopolizam o mercado nacional.

Honduras depósito de lixo tóxicos. O Congresso aprovou um decreto em 16 de junho para permitir a introdução de baterias de chumbo usadas, transformando Honduras em um depósito de lixo tóxico, argumentando que os fundos obtidos servirão para enfrentar a crise da Covid-19. E como as garantias constitucionais foram restringidas pela pandemia, as organizações ambientais não podem se articular para fazer oposição à iniciativa.

Argentina

A mudança de governo atrasou a catástrofe. Devido à entrada do novo regime, a pandemia tem sido tratada de forma bastante racional e sem os efeitos devastadores que teve em outros países.

Mas a Argentina compartilha com o resto do Cone Sul a facilitação do uso de agrotóxicos. Com três acordos de complementação econômica que entraram em vigor no Mercosul, foi aprovada a redução de tarifas intrazona para a importação de insumos e, assim, fabricar herbicidas e fibras sintéticas. Quanto aos herbicidas, os acordos abrangem os compostos químicos usados para fazer praguicidas e herbicidas, todo o necessário para elaborar glifosato e 2,4-D.

Uma furiosa reação da direita paralisou a intervenção e desapropriação que o governo havia iniciado sobre o processador e exportador de grãos Vicentin (associado à Glencore), que entrou em falência depois de se endividar com o Estado por milhões de dólares, e evadir essas divisas do país.

É alarmante: as pulverizações de agrotóxicos continuam durante a quarentena. Em 31 de março, mais de cem organizações argentinas denunciaram que continuam as pulverizações em Santiago del Estero, Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Chaco, nas regiões de produção de *commodities*. Na Argentina, a cada ano, cerca de 500 milhões de quilos/litros de agrotóxicos são liberados em milhares de formulações comerciais e com princípios ativos proibidos em grande parte do mundo sem qualquer controle e em violação à lei.

Matar a floresta. Em plena quarentena, o desmatamento não para e uma das florestas mais preservadas do Gran Chaco continuou seu desmatamento em 8 mil hectares da *Estancia La Fidelidad*. O Greenpeace denunciou que no norte do país quase 10 mil hectares foram desmatados desde o início do

isolamento em Salta, Chaco, Santiago del Estero e Formosa.

Paraguai

A *contingência* tem sido o *pretexto* para modificar o orçamento do Estado e endividar o país com 1,6 bilhão de dólares, 500 milhões de dólares a mais do que seus gastos com saúde.

Como na Costa Rica, o “encolhimento do Estado” é colocado na opinião pública como uma saída para a crise, em meio às angústias e restrições às liberdades públicas durante o isolamento social. Usando a pandemia como argumento, o governo insiste na necessidade de uma reforma do Estado que reestruture o fiscal, o administrativo, o funcionamento de suas instituições; que promova um serviço público meritocrático e um sistema de saúde “integrado” e com um “serviço de qualidade”; um novo sistema de aposentadorias e pensões.

Em seu lançamento, incluiu associações empresariais, muitas delas vinculadas ao agronegócio, alegando que o público está relacionado à corrupção e ao desperdício de dinheiro dos contribuintes. Por isso, propõem o enxugamento do Estado.

Em maio, foi apresentado um projeto de lei para que os fundos de aposentadorias e de pensões do *Instituto de Previsión Social* possam ser utilizados para aplicações financeiras. Após uma mobilização sindical, o projeto foi retirado. O projeto do *Servicio Civil* também está impugnado. Várias centrais sindicais, organizações e partidos fizeram caravanas de repúdio. A mobilização teve uma grande repercussão, embora o governo continue movimentando suas peças para fazer avançar o questionado projeto, buscando criar confusão e desinformação.

México

Reativar a economia mesmo que se reative a morte. O governo tomou medidas mais ou menos adequadas para enfrentar a pandemia, mas suspendeu o confinamento com a abertura da Europa. Desde então, as mortes dobraram.

Muitas comunidades assumiram sua própria proteção e se autoconfinaram. Prepararam-se para enfrentar um período difícil de alimentação e sobrevivência, já que na safra anterior houve estiagem e pouca produção. Assim, procuraram uma boa colheita este ano, para reativar suas trocas e negócios locais.

No entanto, o governo está ativando regulamentações que são mais restritivas para as pessoas e que abrem espaço de ação para as corporações.

Desde o início da pandemia, os megaprojetos avançam rapidamente devido ao “delicado equilíbrio” entre deter o vírus e ativar a economia. Insistem em seguir em frente com devastações e grilagens de terras, como os chamados Trem

Maia e Corredor Transistmico, que não só aprofundam a polêmica sobre esses massivos reordenamentos territoriais, mas também fazem aflorar a corrupção nos Manifestos de Impacto Ambiental e na indignidade com que tratam os povos.

A mineração e a indústria automotiva se declararam essenciais na contingência. São ramos industriais que invadem, contaminam, fragmentam e privam os povos originários de água. As operações financeiras e as vendas irrestritas das grandes redes de supermercados foram declaradas essenciais, enquanto se castigam as feiras livres, que são sustento popular desde antes da Conquista, e que garantem o abastecimento de produtos frescos diretamente dos lotes dos produtores.



Cultivo de milho transgênico em Campoalegre, Huila, Colômbia. Os agricultores perderam toda a colheita, as sementes que venderam a eles tinham problemas, mas ainda assim foram entregues com a promessa de que uma vez plantadas, elas se ajustariam.

Pandemia e chantagem. Os empresários agrícolas alegam que a produção despencará 40% se a proibição de importação de glifosato persistir (a proibição existente é muito fraca). Eles argumentam que a segurança alimentar está em risco e que o aumento dos produtos básicos será inevitável. No fechamento desta edição, o conflito em torno do glifosato provocou mal-estar no gabinete e tudo indica que não será proibido nestes seis anos. O programa *Sembrando Vida*, que é um programa pseudoagroflorestal, é utilizado para dissuadir e promover divisões comunais, ao conceder compensações individuais, caso desconsiderem suas assembleias e obedeçam a seus instrutores em um país eminentemente comunitário.

A chamada *Ley de Fomento y Protección del Maíz*, aprovada rapidamente no início da pandemia, na verdade não

protege nem promove, mas estabelece a harmonização exigida pelo onipresente T-MEC entre os EUA, Canadá e México. A lei regulamenta a coexistência dos OGM com qualquer tipo de cultivo (algo tão desejado pelas transnacionais), limita a produção com milho nativo a reservas pontuais, suplanta a representação dos povos em seus direitos. Além disso, os empresários de junk food ameaçam a norma que exige que rótulos de advertência sejam colocados em produtos ultraprocessados, dizendo que, se as vendas de *junk food* caírem, muitos empregos poderiam ser perdidos.

Trump ameaça deportar em massa trabalhadores mexicanos todos os dias. Em junho, as remessas foram muito grandes, talvez visando garantir o bem-estar de suas famílias durante a crise. É claro que o dinheiro que os migrantes mexicanos enviam com sacrifícios indescritíveis talvez seja o verdadeiro “motor da economia mexicana”.

O terrível é o genocídio e a guerra aberta contra os povos, liderados pelas empresas extrativistas que veem as pessoas como um estorvo. O mais recente massacre na comunidade *ikood* de San Mateo del Mar, na costa de Oaxaca, onde várias das 15 pessoas assassinadas foram queimadas sem que a Guarda Nacional intervisse, é escandaloso e revela a verdadeira face deste governo.

Equador

No Equador, “o Estado de exceção devido à calamidade pública em todo o território nacional” estabeleceu em primeiríssimo lugar que “continuará funcionando toda a cadeia de exportações, a indústria agropecuária”. Assim, os trabalhadores das plantações (de banana, palma, tanques de camarão, fazendas florícolas e muitos mais) devem continuar com seus trabalhos, como se o país não estivesse em situação de emergência sanitária, e sob o risco de contrair a Covid-19, sem qualquer proteção especial. A indústria cervejeira é privilegiada e a agricultura é promovida por meio de contratos de monocultivos de cevada; os camponeses que querem vender seus produtos são duramente punidos, fechando os pequenos mercados ao ar livre. As frutas e hortaliças importadas estão isentas da regulamentação fitossanitária, com o argumento de que o abastecimento deve ser garantido.

A internet é imposta para todo tipo de procedimento, apesar da pouca infraestrutura de cabeamento que os territórios camponeses possuem.

Em plena emergência, a regulamentação ambiental para operações do setor de petróleo foi substituída por uma mais flexível e rápida. Assim, são realizadas atividades proibidas, como a entrada de mineiros em áreas que gozam de medidas cautelares no norte de Esmeraldas, de madeireiros ilegais na *Zona Intangible de Pueblos Indígenas* em isolamento voluntário.

Em abril, romperam-se dois oleodutos que extraem petróleo e transportam combustível da Amazônia à Costa do Pacífico, deixando milhares de pessoas sem acesso à água na bacia do rio contaminado. Houve três derramamentos de petróleo bruto e uma explosão de gás em Shushufindi, um derramamento de substâncias químicas em Pacayacu, sem que tenham sido tomadas medidas de reparação integral, alegando a existência da emergência.

Uma reforma da *Ley Orgánica de Servicio Público* está em curso, para facilitar a demissão de trabalhadores, e um procedimento de revisão e aprovação de contratos de investimento que aprofunda a flexibilização das relações de trabalho.

Está prestes a entrar em vigor o TLC com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que ampliará as atividades do agronegócio, a dependência tecnológica e as obrigações com empresas vinculadas ao extrativismo. Um decreto presidencial obriga os governos locais a suspender as restrições ao transporte de minerais, e o *Estado de Excepción* de 16 de março exclui das restrições de mobilidade os chamados setores estratégicos, incluindo a mineração. O protocolo dos corredores logísticos e estratégicos estabelece que a circulação das empresas terá proteção militar e policial.

Chile

Militarização, extrativismo e livre comércio. A militarização invadiu ruas e salas de aula. Os militares deixaram seus quartéis. Foram dados poderes ao presidente para não precisar solicitar a aprovação do Congresso. Por decreto, autorizou o Ministério da Defesa e da Educação a impor instrução militar nas escolas, a partir da educação infantil. Assim se busca naturalizar a militarização. Punem com prisão o descumprimento da quarentena, ainda que uma maioria não tenha condições de sobreviver ficando em casa.

Existem outras leis que atacam seriamente os direitos e liberdades básicos. As leis trabalhistas foram ajustadas para remover toda a responsabilidade dos empregadores por dispensas e condições de trabalho na crise sanitária, e por isso eles não se preocupam em proteger os operadores. A mineração e as fábricas de processamento de alimentos tornaram-se centros de infecção e, em geral, o setor patronal (e o Estado) se recusam a assegurar uma renda mínima garantida que atenda efetivamente às necessidades para sobreviver à pandemia.

O extrativismo avança enquanto o governo subjuga a população. As avaliações de impacto ambiental foram eliminadas, a outorga de direitos de água, pesca, aquicultura e prospecção de mineração é acelerada, mesmo em áreas protegidas. Aproveita-se para prender e/ou manter líderes sociais

na prisão. Em geral, culpa-se a população pelo desastre que o país enfrenta. Apresentam o livre comércio como uma tábua de salvação irrenunciável: empenham-se para aprovar a TPP-11 e o novo TLC com a União Europeia como parte do que é necessário para superar a crise. Promovem novas concessões ao capital transnacional como parte “imprescindível” da recuperação econômica: buscam aprovar cultivos transgênicos sob pressão direta dos Estados Unidos.

Uruguai

O neoliberalismo se revitaliza. A pandemia serviu para tornar o trabalho ainda mais flexível enquanto a dissidência é criminalizada. A quarentena obrigatória não foi decretada, mas preconiza-se o distanciamento social com suspensão das aulas em todos os níveis (agora já retomadas) e uma exortação ao teletrabalho. A situação sanitária parece controlada, com muito poucos casos ativos e totais. No entanto, foram aumentadas as taxas de serviços públicos como parte do ajuste neoliberal do novo governo de direita. Embora tenham sido aprovadas isenções e empréstimos a pequenas e médias empresas, a taxação do capital foi rejeitada porque “amputaria a possibilidade de quem vai fazer força na saída da crise”. As ajudas monetárias e em espécie distribuídas são insuficientes.

As medidas tomadas afetaram a atividade econômica e isso atinge aqueles que trabalham por conta própria, em condições informais e precárias, cerca de 25% do total de ocupados, que dependem do trabalho diário para sua renda. A grande maioria dos que mantêm seu emprego já voltou a trabalhar presencialmente.

A decisão de não ir para a quarentena obrigatória equivale a empobrecer as classes baixa, média e média baixa no curtíssimo prazo, pois a obrigatoriedade tornaria imprescindível a implantação de uma renda básica ou subsídio que garantisse o acesso às necessidades básicas.

Mas o governo priorizou a economia de recursos nos gastos sociais, mantendo uma subatividade econômica que empobrecerá uma parte importante da população, pois já era condenada pela própria sociedade e pelo governo por não ficar em casa, embora muita gente tenha que sair a buscar o que comer.

Reforma do Estado e ajuste neoliberal. Em plena pandemia e como parte da restauração neoliberal, o governo apresentou ao parlamento um projeto de lei em regime de urgência visando reformar o marco regulatório do Estado, de forma a reduzir seu caráter social, sua responsabilidade como fiador de direitos, ampliando sua função repressiva e seu caráter corporativo. Busca-se privatizar e mercantilizar a educação pública, ataca-se a mobilização, a participação social, o desenvolvimento da agricultura familiar, a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e a prioridade

do bem comum sobre os interesses privados.

Aqui, algumas considerações adicionais

1. *A expropriação intensificou-se.* Para toda a região, podemos concluir que os processos de expropriação que vinham ocorrendo não pararam com a pandemia, novos foram iniciados com argumentos da Covid-19. O capitalismo mais descarado “perdeu suas boas maneiras” e isso explica porque é generalizada a falta de proteção dos povos pelos Estados e o quase ódio das empresas por seus empregados no auge da crise. Em seu estado superlativo, o capital enfurecido promove abertamente a militarização e o fascismo, a expropriação e a devastação, para não perder sua taxa de lucro.

2. *Aumentam as restrições.* Políticas e polícias sanitárias são ativadas para restringir a circulação de produtos camponeses, com o devido respaldo de novas políticas públicas nas quais proliferam normativas, leis, padrões, tratados e acordos.

3. *O trabalho assalariado tornou-se extremo,* ao combinar os cuidados para a subsistência com a produção de mais-valia no mesmo espaço; ou porque sua fonte de renda desapareceu e mais auto-exploração tem que ser inventada para conseguir bens vitais.

4. *Temos que encontrar uma narrativa que nos ajude a ver a importância crucial do cotidiano* e a deflagrar as próprias alternativas. Mas temos claro de que não haverá como evitar que muitas vidas partam, não haverá um BASTA! sem muita morte. Muitas nuances ainda precisam ser descritas e explicadas.

5. *“Se não mudamos, não faz sentido ter sobrevivido à pandemia”,* disse um jornalista peruano.

6. *Precisamos combater as narrativas que nos roubam sentido* do que tem sido a pandemia: como se definem os setores estratégicos, ditos essenciais, onde termina o confinamento para evitar o contágio e começa uma ansiedade permanente que é como um parêntese entre a pandemia e outra nova zona de crise (viral, de crise climática, ou de fomes ou secas extremas).

7. *É urgente transformar o sistema produtivo* controlado pelas grandes corporações e reformular um sistema alimentar popular voltado para a soberania alimentar, produzindo sem destruir os ecossistemas ou o clima.

8. *Garantamos o direito à alimentação saudável* para todos os povos do mundo.

9. *Impulsionemos a solução do que é mais importante para nós* através de nossos próprios meios imaginativos, comunitários e respeitosos. 🌱

Notas:

1 Ariel Guzik, “La húmeda virtud del llanto”, Instituto 17, <https://diecisiete.org/expediente/la-humeda-virtud-del-llanto/>

2 Hermann Bellinghausen, “No es el virus”, *La Jornada*, 27 de julho de 2020.

Nossas sementes, que são saberes, que são sementes

38

Sirva de apresentação desta Panorâmica um fragmento de Carlos Vicente, na sua nova coluna da revista eletrônica desinformemonos.org, extraído de “Entre el cielo y el infierno, los pueblos. O del teocinte al maíz y del epazote al paico”:

« Aqueles de nós que estamos percorrendo um caminho de busca de alternativas para sair da viagem rumo ao precipício para o qual se dirige a humanidade, olhamos para um movimento, e ao mesmo tempo nos sentimos parte dele, que, entre outros eixos, tem como centro as lutas dos povos em seus territórios em defesa dos bens comuns, de suas sementes, de sua biodiversidade, de sua cultura e de seus valores.

» Entre os golpes e as vitórias existe um cotidiano rico, diverso e fecundo; o cotidiano que cada um de nós tem, que enriquece com seu arco-íris tudo o que acontece antes e depois.

» Porque ali se cultiva a milpa ou a lavoura e com o passar dos meses vemos crescer as sementes que um dia foram plantadas para nos alimentar. E ali o cultivo é cuidado todos os dias, e todos os dias são preenchidos com as práticas que permitem que a colheita dê frutos. E cada dia (quando é possível) comemos e praticamos uma das artes mais belas: a cultura culinária.

» Porque nessa vida quotidiana se cuida da saúde, se abriga e se protege as famílias (quando é possível também) e esta tarefa também é central para que a vida continue a fluir no marco do cuidado e do afeto.

» E em ambas as tarefas, as mulheres estiveram e estão no topo da realização de todas as tarefas essenciais e vitais que nos permitem continuar a vida.

» E embora hoje tenhamos isso claro e questionemos a violência e a opressão causadas pelo patriarcado, o caminho a percorrer para mudar radicalmente essa situação ainda é imenso. E claramente nos convida a reavaliar as tarefas de cuidado ao mesmo tempo que nos obriga a mudar a forma como esses papéis foram e são distribuídos.

» Junto com as milhares de tarefas que compõem a diversidade de modos de vida que temos os povos, há também a natureza da qual fazemos parte e que nos tem permitido alimentar-nos, curar-nos, proteger-nos, vestir-nos e divertir-nos das mais diversas e ricas maneiras.»

Nessas reflexões, desde o cuidado mais cotidiano e sutil, até as prefigurações da ciência crítica para se opor às invenções da tecnociência, passando pela reivindicação da agroecologia, e o que as camponesas e camponeses desde suas regiões impulsionam todos os dias, queremos mostrar este mosaico: sementes que são saberes, que são sementes.



Petrona Inés Rosario Montalvo com os netos. Guardiã de sementes, promotora, capacitadora e especialista em quintal produtivo. Pertence à *Asociación de Productores Agropecuarios Alternativos - Asoproal*. Foto: Viviana Sánchez-Prada

A semente é o coração da soberania alimentar. É tão claro para nós que, se nosso coração parar de bater, inevitavelmente a vida termina; se a nossa semente desaparece, acaba a vida, a nossa vida, a vida das comunidades camponesas, das comunidades indígenas. Mas também a vida da qual nossos países respiram está acabando. *Francisca Rodríguez em entrevista a Biodiversidad, sustento y culturas, 2006.*

O silêncio, dizem, é a voz da cumplicidade. Mas o silêncio é impossível. O silêncio grita. O silêncio é uma mensagem. Assim como não fazer nada é um ato.

Deixe o seu ser ecoar. Em cada palavra e em cada ação. Sim, torne-se quem você é. Não há como escapar do seu próprio ser. Ou de sua própria responsabilidade.

O que você faz é quem você é. Você é o seu próprio resultado. Você se torna sua própria mensagem. Você é a mensagem.

Não sei como salvar o mundo. Não tenho respostas nem a Resposta. Não tenho nenhum saber secreto para consertar os erros das gerações passadas e presentes. Só sei que sem compaixão e respeito por todos os habitantes da Terra, nenhum de nós sobreviverá – nem o mereceremos.

Da morte vem a vida. Da dor, a esperança. Aprendi isso nos longos anos de perdas. Perda, mas nunca desespero. Nunca perdi a fé nem a confiança absoluta na justiça de minha causa, que é a sobrevivência de meu povo.

O futuro, nosso futuro mútuo, o futuro de todos os povos da humanidade, deve ser baseado no respeito. Que o respeito seja a nossa reivindicação e o slogan do novo milênio no qual entramos todos juntos. Assim como queremos que os outros nos respeitem, também devemos mostrar nosso respeito por eles.

Acredito que nosso trabalho ficará inacabado enquanto houver um ser humano faminto e espancado, enquanto se forçar morrer na guerra ainda que seja uma só pessoa, enquanto algum inocente seja consumido na prisão, enquanto alguém seja perseguido por suas crenças. *Leonard Peltier, o preso político há mais tempo encarcerado nos Estados Unidos, nos adverte com esta breve oração, no “Espírito do Cavalo Louco”, o líder guerreiro e espiritual do povo Lakota.*

Cuidar é também poder experimentar. As margens do rio Casamance abrigam quilômetros de manguezais. Mariama Sonko nos mostra as estruturas de



Semeando amendoim na montanha com pau cassador. Sierra Norte de Veracruz, México. Foto: Hugo Susano

madeira onde são estabelecidos os cultivos de ostras que camponesas e camponeses Djola da região de Ziguinchor mantêm como parte do seu cuidado pela vida e por sua soberania alimentar. É a comunidade de Niagui, na costa atlântica da África, no Senegal.

Estamos na savana, cheia de árvores, arbustos e banhados.

O povo de Niagui está muito envolvido com sua soberania alimentar, com sementes que lhes permitam cultivar seus próprios alimentos.

Mariama Sonko, uma das residentes da comunidade que mantém a tradição de guardar as sementes, mostra-nos fileiras de vasilhas de barro de vários tamanhos alinhadas às paredes de adobe de uma casa, em um bairro da comunidade: “O barro regula a temperatura, algo fundamental para conservar as sementes. Fazemos potes especiais e, por guardá-las ali, podemos trocá-las com mais facilidade. As mulheres fazemos os potes com suas tampas, colocando diferentes frases nas laterais para nos ajudar a refletir sobre as sementes e sua importância”.

Mariama Sonko esclarece que não tem a ideia de promover bancos de sementes, “porque o mais importante é a conservação a longo prazo das sementes ‘ativas’, ou seja, sementes que todo o tempo estão no campo e que, semeando-se são trocadas entre co-

lheita e colheita. Uma variedade de arroz, uma das mais plantadas na região, é a ‘brikissa’ que se troca o tempo todo; e dura cerca de 50 dias para semeá-la”. Com muito orgulho continua o seu relato: “foi uma mulher daquelas que na cidade chamam de ‘analfabetas’ que começou a reconstituir as variedades tradicionais, porque compreendeu que as variedades ‘melhoradas’, convencionais, comerciais, corroíam as nossas sementes tradicionais que são muito mais resistentes e adaptáveis aos caprichos do clima e da umidade. Somos nós mulheres que transmitimos os cuidados e os saberes de nossas sementes de geração a geração. Surgem da confiança que temos em nós mesmas. As sementes convencionais não permitem o observar, calcular, experimentar, porque vêm com receitas precisas que nos tiram possibilidades. Estamos falando de cerca de vinte variedades de arroz, tem sorgo, milho e painço. Nós mulheres não queremos centralizar os cuidados. Promovemos a autonomia, porque as condições também estão mudando, a fertilidade do solo se perde, há falta de chuva e demanda por sementes. Mantemos as práticas, mas as condições não são as mesmas”. *GRAIN*, no Boletín Nyeleni número 38: Semillas campesinas, el corazón de la lucha por la soberanía alimentaria, dezembro de 2019, <https://nyeleni.org/spip.php?article733>

Ontem, antes do anoitecer, recebemos o grande presente da mãe natureza, que nos enche de satisfação, alegria e levanta o ânimo: choveu muito sem causar deslizamentos e deixou uma umidade enorme. Nossas plantas se alimentarão, crescerão e haverá pasto para os animais domésticos. Com este presente excepcional, se inicia o ciclo agrícola 2020/21. Todos sonhamos em ter um período de chuvas repleto de generosidade, que permita à milenária *milpa* [a lavoura] prosperar e dar frutos e obter uma boa colheita. Poder ir recuperando gradativamente a autossuficiência alimentar, para que todas as famílias *zapotecas*, *mixes* e *chinantecas* da serra norte passem a ter milho, feijão e outros alimentos saudáveis. O verdadeiro bem-estar da família e da comunidade *zapoteca* depende dessa bênção. Esse é o alicerce de uma nova normalidade: cultivar a *milpa*, ter milho, cuidar de nossas sementes ancestrais, defender nosso território de qualquer invasão mortal, reconstruir nossa própria cosmovisão *zapoteca*, construir um novo sistema educacional, ou seja, poder exercer a verdadeira livre determinação e autonomia dos povos originários. Todo o país e Oaxaca estão passando por uma verdadeira tragédia, todos esperamos superá-la em breve. A chuva fortalece nosso ânimo.

Hoje de madrugada voltou a chover. Choveu e choveu suave e docemente, e vibramos de emoção

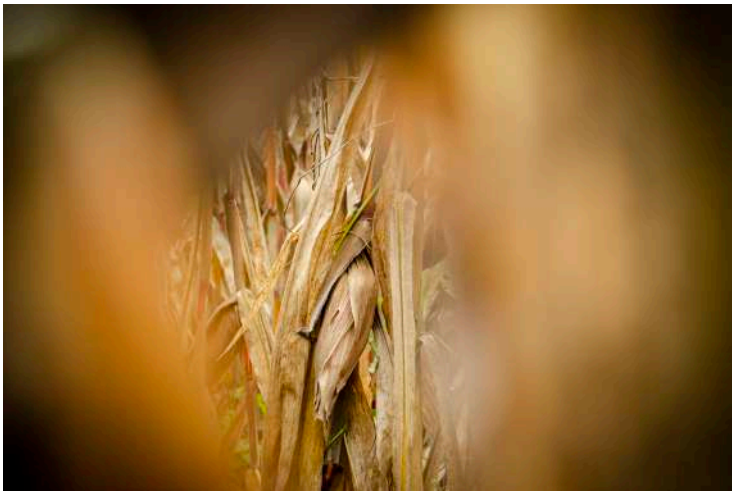
grata pela simples razão de que deixará uma enorme umidade e alimentará nossos mananciais que nos dão de beber e nos alimentam. Quando uma comunidade *zapoteca* tem água suficiente para todas as suas tarefas, significa que é um povo impregnado de felicidade. A água é o grande tesouro que a Mãe Natureza nos dá.

Yalálag está localizado em uma zona de perigo faz tempo, o que se manifestou em múltiplas ocasiões através de deslizamentos de terra. Vimos isso em toda a sua dureza em 2010, na época das chuvas. A estrada foi destruída em vários trechos, só ficaram pequenos caminhos. Ficamos isolados. Os riachos secos tornaram-se pequenos rios violentos, pedras gigantescas e árvores de cinquenta anos ou mais foram arrancadas com toda a raiz. Foi uma visão assustadora. A água invadiu muitas casas, danificou os muros de contenção, a água jorrava dentro das casas. Houve enormes deslizamentos de terra, a linha de drenagem foi danificada. Houve escassez de comida. Os parapeitos de laje e os caminhos empedrados foram a grande salvação. Yalálag está sobre um sistema de terraços. A terra é argilosa e com a chuva forte desliza como manteiga. O empedrado de várias centenas de metros foi feito em 1942 na base do *tequio* [trabalho coletivo]. A tragédia de 2010 gerou muitos ensinamentos: foram feitos estudos



Comunidade de Santafé de la Cruz, zona sul do município de San Andrés de Sotavento (Resguardo indígena Zenú). Foto: Viviana Sánchez-Prada

significativos do terreno onde estamos localizados, há relatos de várias faculdades de engenharia no arquivo municipal. ITAO, o Politécnico, a UNAM, ICA e até de técnicos japoneses. Todas as decisões proibem cimentar. As ruas devem ser pavimentadas com pedra, os muros de contenção devem ser do tipo pré-hispânico ou albardas. Foi difícil assimilar esses ensinamentos. Os riachos secos tem sido, na maioria, empedrados ano após ano. Temos que fazer um grande esforço para colocar em prática para o bem de toda a comunidade e para evitar que as chuvas causem um grande deslizamento que prejudique a nossa segurança e as vidas dos moradores. Pavimentar com pedras os caminhos, córregos secos, construir muros de pedra e reflorestar são a proteção máxima. Eduquemos as crianças e os jovens para que saibam cuidar da comunidade com respeito e amor. *Joel Aquino, sábio do povo zapoteca da Sierra Juárez de Oaxaca, México. Suas reflexões cotidianas no Facebook. Maio-junho de 2020*



Chimaltenango, Guatemala. Foto: Alex Naranjo

Desde tempos imemoriais, antes mesmo de sequer se usar a palavra resistência, desde o momento em que estranhos entraram neste continente, os povos indígenas estamos em permanente resistência, temos lutado pela sobrevivência.

Aos direitos que temos os povos indígenas em toda a América, nós, *guambianos*, chamamos de Direito Maior; os *arhuacos*, os *kogis*, os *arsarios da Sierra Nevada de Santa Marta*, no norte da Colômbia, os chamam de Lei de Origem; os *u'was* chamam todos esses direitos ancestrais, que hoje prevalecem e estão em vigor, de Lei Natural.

Mas as leis não indígenas, os legisladores, os governos, os estados, nunca nos reconheceram este direito e continuarão com essa cisma interpretativa de não reconhecê-lo.

Não nos importamos se eles não nos reconheçam. O que é importante para nós é que em cada mente

indígena, em cada pensamento que nos caracteriza, reivindicamos esse direito, e que resistamos com a nossa identidade, com o nosso pensamento, com a nossa própria língua falada e com tantas outras normas que não alcançamos dimensionar, essas que os povos e nacionalidades indígenas têm em seus saberes.

Nós também temos uma alternativa política no mundo, pensamos, temos uma filosofia. Se um dia os índios quiserem renunciar à sua identidade, à sua cultura, quando tiverem lavado a mente indígena, quando essa chama já não existir, quando já não tiverem esse espírito, quando já tiverem abandonado esses deuses que tanto nos ajudaram, então esse direito será dispensado. Enquanto isso, permanece em vigor.

Este direito é tão real que, embora não o tenham querido reconhecer, tampouco puderam ignorá-lo. Parte fundamental desses direitos pelos quais continuamos lutando são nosso território, nossos recursos e a possibilidade de gerir o nosso desenvolvimento segundo nosso próprio pensamento e não segundo os valores de um sistema que querem nos impor.

Hoje os técnicos, os cientistas do mundo ocidental, inventaram novas palavras, como é o caso da “diversidade biológica” com todos os seus componentes: fauna, flora e até os genes indígenas. Inventaram o que chamam de “tangível” e “intangível”, e palavras como “desenvolvimento sustentável” e “segurança alimentar”.

Mas nem os Estados, nem os legisladores, nem os técnicos, nem os cientistas quiseram reconhecer que, na prática, o verdadeiro desenvolvimento sustentável, que permitiu a segurança alimentar, é aquele que os povos indígenas seguiram, adentrados lá na selva, nas montanhas, onde nascem, crescem, se reproduzem e morrem. Eles, vivendo seu habitat, conseguiram se desenvolver por milhares de anos. É isso que para nós o nome “sustentável” significa, que considero totalmente incompatível com o que é pregado pelo sistema capitalista, que tem os olhos fixos nessas comunidades, nesses territórios onde existem esses recursos. *Lorenzo Muelas Hurtado, “La resistencia, un largo camino”, Ojarasca, em La Jornada 57, janeiro de 2002*

No horizonte dos milênios é difícil imaginar os cuidados que, como obsessão contínua empreendiam um após o outro – como modo de existência – os povos, as comunidades.

O povo, de sol a sol e ao longo do ano, buscava laboriosamente a água, colher nos dias certos as amoras, as pequenas frutas, os tubérculos, as flores, os ramos, as folhas, o sal, em locais especiais des-

cobertos nas rotas de peregrinação sazonal simplesmente cíclica. Nesse recorrer o entorno, eles foram delimitando os alcances de seu saber, o alcance do que é compartilhado como grupo, como família, como coletivo-comunidade. Assim, foram entendendo onde a água, onde os animais, quando a chuva, o que ia com o quê, quais os cuidados para tornar mais provável que algo, que tudo, continuasse existindo.

E a reciprocidade que definia as descobertas, o cumprimento das ocorrências, foi delineando esses cuidados que, ao longo dos anos, dos séculos e dos milênios, haveriam de manter a permanência.

Encontraram-se então as chamadas *albarradas*: essas panelas, essas concavidades formadas ou quase formadas pela evolução da floresta, que o povo descobria em suas jornadas e que com um pouco de trabalho funcionaram como banhos “artificiais” que permitiam obter água e armazená-la, sempre com formas comunitárias de localizá-las, trabalhá-las, adaptá-las e mantê-las. Compreender o funcionamento da água na região, a sua relação com as chuvas, as baixadas, os morros, as encostas, e as nascentes e aquíferos subterrâneos associados, é uma cultura ancestral que ainda vive. Pode ajudar a recarregar os lençóis subterrâneos e a fortalecer os benefícios dos ecossistemas circundantes. Falamos de cerca de 4 mil anos de continuidade, e há notícias de tais sistemas em todo o continente, especialmente

no Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, onde os *páramos* iam alimentando os escoamentos filtrados pela rocha até as quedas e daí para os açudes naturais que são cuidados por várias comunidades, porque é um trabalho regional, embora também possa ser local.

Os tanques e reservatórios familiares não devem ser confundidos com as *albarradas*, pois o que é crucial nelas é a relação com os terrenos verticais e todo o sistema de escoamento e movimentos na recarga dos lençóis, numa relação de grande detalhe e cuidado. Os tanques são apenas coletores de água que não levam em consideração essas sutilezas. *Fernanda Vallejo e Ramón Vera-Herrera, “De la naturalidad, la reciprocidad y los cuidados”, inédito.*

Se alguém anda na mata por prazer todos os dias, corre o risco de ser tomado por preguiçoso, mas se passa o dia todo especulando, derrubando matas e deixando a terra estéril e inútil, é considerado como um cidadão trabalhador e empreendedor. Como se uma cidade não tivesse mais interesse em suas florestas do que derrubá-las!...

A afluência maciça de garimpeiros de ouro para a Califórnia e a atitude dos comerciantes, filósofos e profetas em relação a essa corrida do ouro refletem o grande desastre da humanidade. Que tantas pessoas confiem em viver da sorte e assim poder forçar outras pessoas menos afortunadas a fazer o seu tra-



Cultivo de milho transgênico que fracassou completamente. A semente que as multinacionais sementeiras venderam no Huila quebraram os produtores de milho. Foto: Viviana Sánchez-Prada



Sierra Norte de Veracruz, México. Foto: Hugo Susano.

balho parece uma grande conquista e um grande negócio. Não conheço nenhum desenvolvimento mais brutal da imoralidade no comércio e nas outras formas habituais de ganhar a vida. O porco que ganha a vida fuçando, mexendo na terra, teria vergonha de tal companhia...

Não basta você me dizer que trabalhou muito para conseguir o ouro. Também o Diabo trabalha incessantemente. O caminho da transgressão pode ser difícil de muitas maneiras. *Henry David Thoreau*, *Uma vida sem princípios*, Ediciones Godot, 2017, <https://www.traficantes.net/libros/una-vida-sin-principios>

Queremos começar a olhar e nomear a realidade de uma forma nova, diferente, tentando traçar novas linhas transversais que alcancem (porque alcançam) todos aqueles espaços sociais que nos parecem desarticulados, divididos, sem conexão. Queremos aportar alguma luz à confusão que prevalece no uso de termos como “políticas de igualdade” ou “conciliação da vida familiar e profissional”, porque por trás desses termos tendem a se esconder os velhos discursos, vestidos para a ocasião com o “politi-

camente correto”, mas na prática sem mover um milímetro o lugar para o qual olham e a partir do qual nomeiam: público, mercados, masculino, ocidental, branco, heterossexual. Com os mercados localizados como epicentro da organização social, em um mundo que nos faz imaginar um espaço público e outro privado, queremos nos distanciar das análises que têm os mercados como objeto de interesse preferencial (ainda que seja de uma posição antagônica).

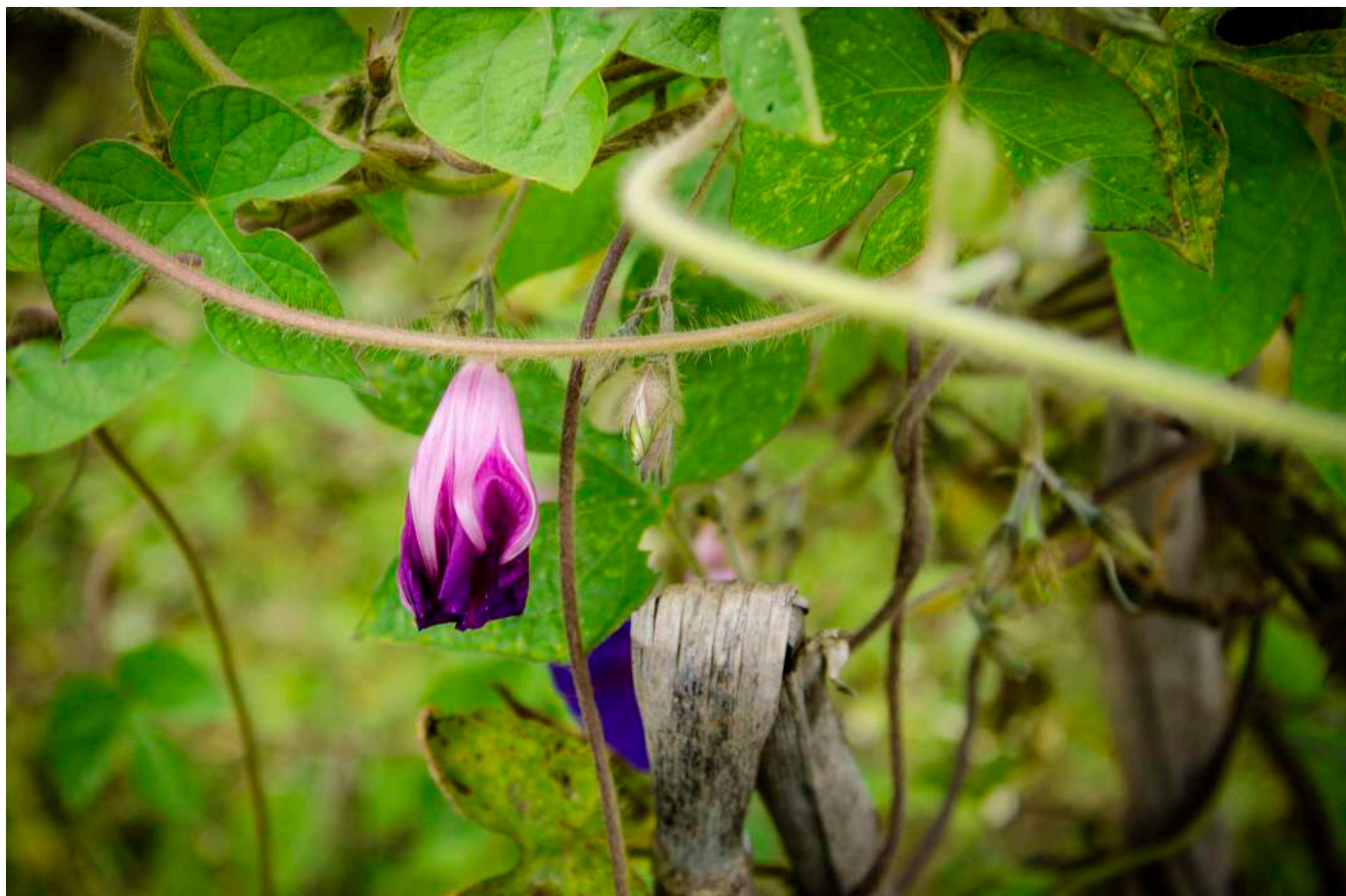
Afirmar a primazia da satisfação das necessidades humanas e da sustentabilidade social como objetivo básico da sociedade, nos obriga a iluminar o lugar social prioritário no qual esses objetivos se realizam: o grupo doméstico. Entendendo por tal uma rede de afetos, de fidelidades, de responsabilidade e interdependência, mas também uma rede de jogos de dominação e subordinação, que tem limites pouco precisos e à qual ainda não sabemos dar outro nome. Uma rede de atenção e cuidados que se desdobra pela sociedade, que se estende e se ramifica, mas que às vezes também se contrai ou se rompe e se recria em busca de novas formas e itinerários para cumprir seu papel de infraestrutura básica da vida humana. Queremos colocar no centro da questão as demandas do grupo doméstico para resolver as necessidades materiais e imateriais das pessoas que o constituem, pois consideramos que é a partir destes processos que se deve começar a olhar e a nomear a realidade social em que vivemos. *Amaia Pérez Orozco e Sira del Río*, “La economía desde el feminismo: trabajos y cuidados”, *Rescoldos, da Asociación Cultural Candela*, “Mujeres”. Novembro de 2002.

“Você se lembra daquele tempo?” Tempo em que para plantar se usava nossa própria semente? Não era necessário fertilizante, porque a terra era boa e o avô havia ensinado ao pai que se plantava um tempo e depois se deixava a terra descansar.

Na safra anterior, já havíamos escolhido as melhores plantas, ainda durante o cultivo, para colher separadamente e guardar as sementes para a próxima semeadura. Depois de alguns anos usando a mesma semente, o pai trocava com amigos de outras comunidades, para não deixá-la enfraquecer. Isso ele também aprendeu com o avô.

Naquele tempo se produzia de tudo: arroz, feijão, milho, trigo, galinhas, porcos, vacas leiteiras, hortaliças, frutas. A despensa estava sempre cheia de farinha do moinho colonial, as traves cheias de linguiças, as latas cheias de banha, carne seca, a prateleira com queijo já duro de tão velho.

Não se usavam herbicidas, porque as famílias eram numerosas e limpavam seus cultivos por meio de grupos de trabalho. Esses coletivos eram uma re-



Chimaltenango, Guatemala. Foto: Alex Naranjo

união de pessoas da vizinhança que vinham trabalhar juntas. Nesse dia, matava-se um animal capado gordo, fazia-se comida em panelões para poder alimentar toda a gente e geralmente se terminava com um baile. As pessoas trabalhavam muito, mas se divertiam, viviam em comunidade, comiam alimentos saudáveis, produzidos em suas próprias terras. As famílias camponesas eram felizes ...” *Valter Israel da Silva*, *Clase campesina, modo de ser, de vivir y de producir*, *Brasil*, 2013, <https://www.academia.edu/8334886/>

O deixar de ser camponeses e camponesas e passarmos a ser “agricultores familiares” nos converte em um setor atrasado frente à modernização, cuja única possibilidade de sobrevivência seria nos especializarmos, nos integrarmos à indústria e nos convertermos em precários trabalhadores e trabalhadoras assalariados, ou em meros consumidores de insumos e de tecnologia, com o agravante de que nesta categoria a atividade produtiva e o trabalho de nós mulheres são totalmente invisibilizados. Esta é atualmente uma das nossas grandes preocupações: como o capital não só conseguiu aumentar os níveis de exploração de quem trabalhamos no campo, mas também travou uma guerra ideológica cujo resulta-

do é a indiferença ou o desprezo pelo nosso trabalho por amplos setores da sociedade, inclusive permeando em parte nossa própria consciência.

Sem dúvida, são esses processos de expansão do capital e de guerra ideológica que alimentaram o mito do fim do campesinato. Nos encontramos assim, enfrentando processos que conduziram a uma mudança radical na paisagem e na agricultura camponesa tradicional: pela primeira vez na história da humanidade, a maior parte da população é urbana. A partir do pensamento dominante, somos informados de que este é um avanço para a superação do mal chamado “tradicional atraso camponês”, mas pouco ou nada se fala sobre como o êxodo contribuiu para o aumento extremo da pobreza e da superlotação em que hoje vive a população com todos os conflitos sociais que isso acarreta.

A verdade é que, como assinala Valter da Silva, “o campesinato continua vivo e a cada ano ganha mais visibilidade”. Para ser mais justo, é preciso dizer que o campesinato continua vivo e que hoje conta com a incorporação ativa e em todos os âmbitos das mulheres do campo organizadas e lutando junto com nossos companheiros. *Francisca Rodríguez, dirigente da Anamuri e CLOC-Via Campesina*, “*Un modo de ser, de vivir y de producir, razón de nuestro*

existir”, en Valter Israel da Silva, Clase campesina, modo de ser, de vivir y de producir, Brasil, 2013

Neste momento de virada da história, é essencial para nós que reivindicemos a diversidade das nossas sementes, dos nossos ecossistemas biodiversos, dos nossos territórios, que são o suporte de sistemas alimentares seguros e nutritivos, que salvaguardam milhões de modos de vida e de sustento. Diante da pandemia, exigimos a plena proteção e o cumprimento dos direitos dos povos originários e de camponesas e camponeses em pequena escala por todo o planeta.

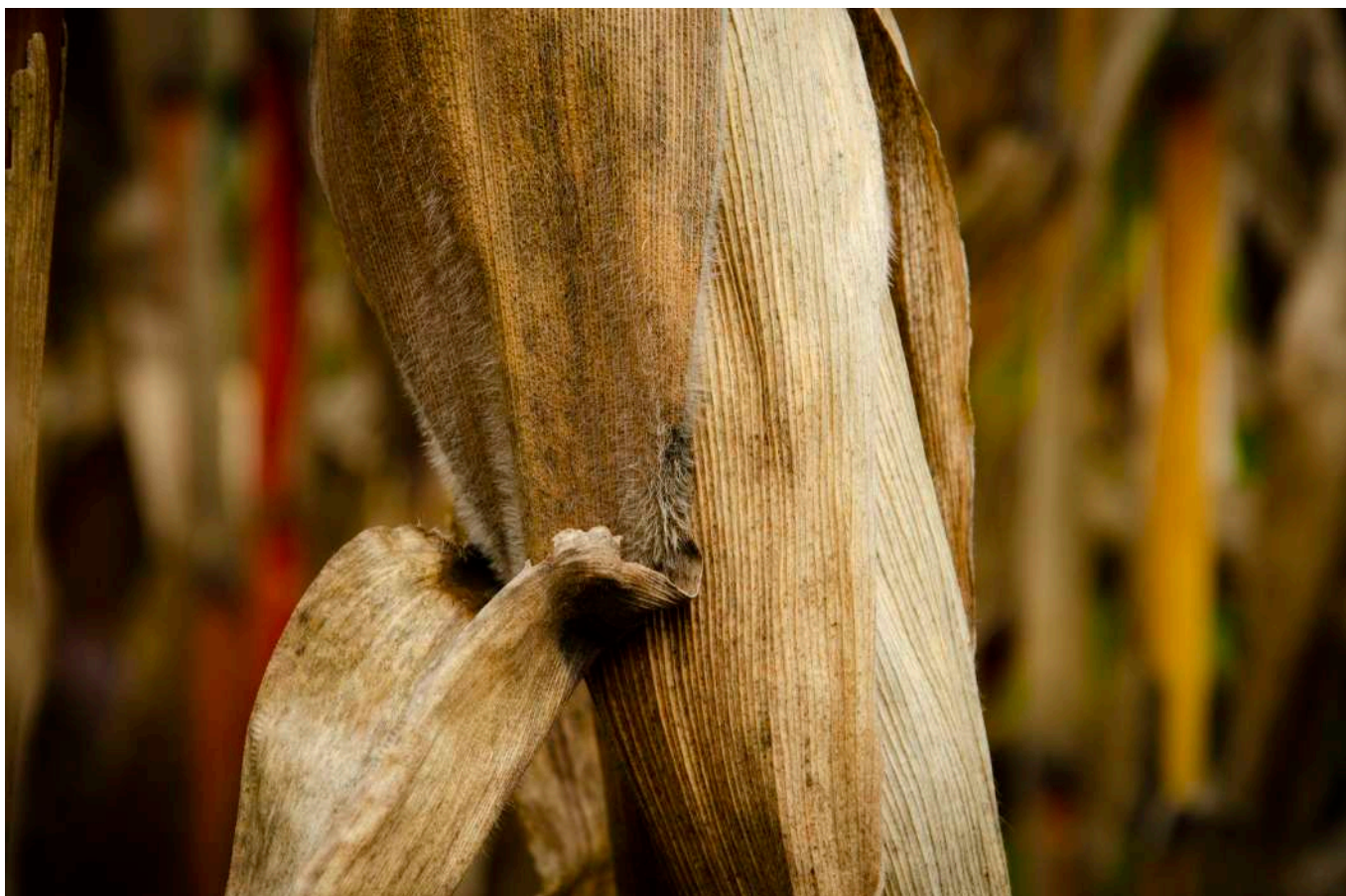
Como sociedade civil, clamamos pela transformação urgente de nossos sistemas agrícolas e alimentares, criando economias localizadas e circulares construídas a partir de práticas ecológicas que permitam a resistência em todos os níveis e que protejam os direitos camponeses e os sistemas tradicionais de sementes. As barreiras à diversidade devem ser removidas, particularmente aquelas que ameaçam os recursos genéticos agrícolas, e não devemos inibir o uso pleno e livre, nem a troca responsável, de variedades e raças geneticamente diversas entre os camponeses, as comunidades ou os criadores públicos.

Solicitamos aos governos que reorientem e insti-

tucionalizem os subsídios agrícolas e os investimentos em pesquisa para a agroecologia, e invistam e apoiem os sistemas de sementes camponesas e os mercados locais. Todas as leis e políticas sobre sementes e agricultura precisam ser reavaliadas e reformuladas para que apoiem plenamente esses sistemas alimentares.

Juntos, devemos resistir a esse sistema de sementes privatizado, que invade e busca enraizar-se, e devemos restaurar os ecossistemas através de uma produção agroecológica e sistemas alimentares locais. É possível um sistema alimentar e de sementes muito melhor. Que responda às necessidades das pessoas e tome em consideração o cuidado da Terra. Vamos assumir a responsabilidade de proteger aqueles que salvaguardam nosso futuro. *Mais de 300 organizações em todo o mundo, de 46 países declaram: Os cidadãos e os povos do mundo nos opomos à propriedade intelectual sobre as sementes e exigimos restaurar nossos sistemas alimentares locais e a biodiversidade agrícola, 1º de junho de 2020.*

O que nós, como gente do campo, buscamos é o viver cotidiano. Desde o mais básico, que é a comida, e para tanto, estão a água, as sementes, as diferentes plantas silvestres comestíveis e também as diversas



Chimaltenango, Guatemala. Foto: Alex Naranjo

verduras que produzimos para nos alimentarmos dia após dia. Para a maioria da população rural, suas maiores preocupações são ter água, milho, feijão e verduras, mais do que outras coisas. Embora a cultura moderna queira nos colocar no papel de que as coisas eletrônicas também devem fazer parte da nossa vida, como o celular (e as crianças, porque se a mãe tem celular e elas não, sentem-se fora do mundo moderno). Mas na realidade isso não faz parte da vida, porque se não tivermos comida, mas tivermos um celular, de que nos servirá? Pois não podemos tirar um pedaço dele para comer. Por outro lado, se tivermos o nosso milho, o nosso feijão, os *chepiles*, as *guías*, as abóboras, isso sim nos ajuda e nos alimenta, nos ajuda a ter uma saúde melhor, e com melhor saúde não há tanta preocupação em acumular dinheiro para ir ao médico.

Vender o que cultivamos não é um objetivo muito específico da nossa organização. Nossos princípios básicos continuam sendo ter primeiro para comer do que para vender. Conseguir ter a produção suficiente e, claro, é bom conseguir uma renda a partir dela, mas não podemos ir direto para a comercialização se não tivermos o suficiente para comer. Nosso ponto básico continua sendo ter primeiro para comer e depois mandar o que sobra ao mercado para que outros vizinhos também possam desfrutar dessa produção. E acima de tudo, é melhor que seja local, que não precise ter certificação (orgânica, ou pertencer a uma marca, já que os custos com papelada fazem subir os preços dos produtos). Se a venda for direta, o preço é menor. E continuamos nesse desafio, que é produzir primeiro para comer.

A ideia de vender nos impulsiona a ter mais volume e variedade, não é o dinheiro o que nos move.

Queremos promover entre nós que sejamos mais produtivos, com mais volume e mais variedade, e acima de tudo contribuir para a saúde das nossas e de outras famílias, além de que o dinheiro que seria dado aos distribuidores comerciais, que trazem a semente sabe-se lá de onde, esse dinheiro fica na comunidade e podemos investi-lo em outra coisa. É chegar a reavaliar o que já temos e reavaliar o que produzimos. Muitas vezes acontece que a nossa árvore frutífera está ali, mas temos a ideia de que o que vem de fora é melhor. A nossa laranja está ali caída embaixo da árvore e vamos comprar em outro lugar os sucos comerciais; ou acontece com os ovos, vendemos os ovos das nossas galinhas e vamos comprar os embalados de granja, que nem são saudáveis. Eu acredito que seja uma questão educativa, eles nos ensinam que tudo o de fora é melhor do que o que temos, do que somos. Temos que fazer um grande

trabalho de conscientização de que o que temos é melhor do que o que estão nos vendendo, e com essa intenção fortalecemos a venda dos produtos dentro da própria comunidade, não tanto pensando em exportar e ganhar dinheiro; é fortalecer o trabalho comunitário. *Verónica Villa, entrevista com Teófanés Josefina Santiago, da Organización de Agricultores Biológicos, março de 2015.*

As sementes são organismos vivos que podem se reproduzir e por isso tem sido difícil a acumulação de capital baseada na apropriação privada, razão pela qual foram (e em parte ainda não são) consideradas “bens comuns” da humanidade.

Porém, o capital sempre buscou estratégias diversas para superar essa dificuldade e quando a agricultura começou a se “modernizar” e logo quando chegou a possibilidade de controlar os genes das sementes para impedir que outros as usassem, elas foram transformadas em mercadorias negociáveis, locais de conflito político, temas de discursos antagônicos de direitos e motores da exclusão social e de expropriação.

A partir de meados do século XX, dois marcos ocorreram nas transformações técnicas das sementes que deram passos importantes nessa direção. Por um lado, o surgimento das sementes híbridas (massificadas no marco da Revolução Verde) que romperam a identidade sementes-grão e, portanto, significaram a separação do agricultor de sua capacidade de replantar e o início da dependência das empresas que fornecem os insumos. Por outro lado, a expansão das biotecnologias aplicadas ao agro deu origem às sementes transgênicas, gerando grandes mudanças nas estratégias de privatização do conhecimento, possibilitando novos mecanismos de acumulação de capital.

De maneira articulada, foram produzidos mecanismos jurídicos que acompanharam as mudanças nas formas de apropriação das mesmas: as leis de sementes, que exigem o registro obrigatório e a certificação; contratos que as empresas celebram de forma assimétrica com os produtores; e, acima de tudo, leis de propriedade intelectual. Dessa forma, os bens comuns que circularam livremente por milhares de anos podem agora ser privatizados e controlados por uma pessoa ou empresa que reivindique a obtenção de uma nova variedade. *Tamara Perelmutter, “El derecho a las semillas como condición para la soberanía alimentaria”, 20 de julho de 2020, <http://www.biodiversidadla.org/> Recomendamos/El-derecho-a-las-semillas-como-condicion-para-la-soberania-alimentaria*



Chimaltenango, Guatemala. Foto: Alex Naranjo

O modo de vida camponês-indígena possui uma perspectiva e um saber ancestral para o cuidado de sua riqueza natural e espiritual. Mas o capitalismo impôs, econômica e politicamente, modelos tecnológicos para “preservar” e aproveitar os territórios indígenas por meio da promoção de plantações, planos de manejo, individualização e comércio de terras, registros de propriedade de fontes de água, biopirataria, sementes transgênicas e ecoturismo. Todas essas formas de reordenar o território resultam em homogeneizantes; isolam e fragmentam a relação dos povos com seu entorno e a base ecológica que a sustenta. Liquidam as estratégias de cuidado que esses povos guardam há séculos e substituem seus saberes ancestrais de cuidado por conhecimentos profissionalizados. Com essa lógica, os saberes indígenas perdem sua função social, a visão dos povos fica fragmentada e eles ficam submetidos ao mercado.

O grave é que estamos diante do fracasso ecológico da civilização industrial urbana de consumo, e os únicos especialistas em conservação e cultivo vivem

nas selvas e florestas – e milhares de anos de experiência lhes dão respaldo.

Para reverter esse fracasso, precisamos nos livrar do modelo capitalista de fazer conhecimento na esfera ecológica e potencializar a visão integral que os povos e comunidades têm dos territórios – com florestas, água, cultivo do milho e autogoverno.

Os camponeses indígenas exercem uma perspectiva humana, política e ecológica vital para o nosso futuro e insistem que pertencem à terra. E que a água, o fogo, o milho e a floresta são seres vivos que permanecem e convivem conosco. Que não são mercadorias que servem aos interesses de poucos.

Hoje, é nossa tarefa concreta defender o direito dos povos à autogestão plena de seu território, como fizeram desde tempos ancestrais. Fortalecer a história da relação dos povos com seu território é talvez uma alternativa à civilização urbana, que, já está claro, não durará para sempre. *José Godoy, “Los que cuidan el mundo viven en el monte”, Ojarasca 103, novembro de 2005.* ✿

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:
www.grain.org/biodiversidad

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza é composta, atualmente, por treze movimentos e organizações que atuam na região:

GRAIN, (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
(<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org y
www.redanafae.com)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidade, Sustento e Culturas*, bem como sua impressão nos diferentes países em que a Alianza Biodiversidad atua

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em sua versão impressa, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, organização, atividade principal da organização, nome e sobrenome, telefone, país, endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado ou entidade).

